

ISSN 18078834

BNB

Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste

57

out/dez - 2018

OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Junior

Cláudio Luiz Freire Lima

José Max Araújo Bezerra

Nicola Moreira Miccione

Perpetuo Socorro Cajazeiras

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Luiz Alberto Esteves

Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas

Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Allisson David de Oliveira Martins

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio Varejista

Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Turismo

Comércio Exterior

Balança Comercial do Agronegócio

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Cesta Básica

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira e Índice de Preços

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário

João Marcos Rodrigues da Silva

Jovem Aprendiz

Sarah Lucena Barros

Yago Carvalho Lima

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo
Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição 57
(Outubro – dezembro 2018).
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2018

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 Atividade Econômica	04
2 Produção Agropecuária	07
3 Produção Industrial.....	10
4 Serviços.....	16
5 Turismo.....	18
6 Comércio Varejista	22
7 Mercado de Trabalho.....	25
8 Comércio Exterior.....	29
9 Balança Comercial do Agronegócio.....	37
10 Finanças Públicas.....	40
11 Intermediação Financeira.....	47
12 Índices de Preços.....	49
13 Cesta Básica.....	51

1 Atividade Econômica

Em 2018, o Produto Interno Bruto-PIB do Brasil registrou modesto crescimento, 1,1% em relação a 2017, conforme especificado na Tabela 1. A expansão do PIB resultou do incremento de 1,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,4% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (0,1%), Indústria (0,6%) e Serviços (1,3%). As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 6,8 trilhões, dos quais R\$ 5,8 trilhões se referem ao VA a preços básicos e R\$ 994,5 bilhões aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O PIB per capita, por sua vez, alcançou R\$ 32.747 em valores correntes em 2018, implicando em pequeno avanço em termos reais de 0,3% em relação a 2017.

Após o crescimento recorde de 2017, a Agropecuária obteve variação positiva de apenas 0,1% em 2018, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura, com destaque para o café (+29,4%), algodão (+28,4%), trigo (+25,1%) e soja (+2,5%). Por outro lado, houve quedas em importantes lavouras, a exemplo do milho (-18,3%), laranja (-10,7%), arroz (-5,8%) e cana de açúcar (-2,0%).

Na Indústria, cabe mencionar o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Por outro lado, a Construção declinou 2,5%.

A Indústria de Transformação, por sua vez, avançou 1,3% em 2018. O resultado foi influenciado, principalmente, pelas altas em veículos automotores, papel e celulose, farmacêutica, metalurgia e máquinas e equipamentos.

A Indústria Extrativa obtiveram expansão de 1,0% em relação a 2017, devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Todas as atividades que compõem os Serviços apresentaram variação positiva. Atividades imobiliárias avançou 3,1%, seguida por Comércio (+2,3%), Transporte, armazenagem e correio (+2,2%), Outras atividades de serviços (+1,0%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+0,4%), Informação e comunicação (+0,3%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (+0,2%).

Entre os componentes da demanda interna, verificou-se avanço do Consumo das Famílias (+1,9%) e da Formação Bruta de Capital Fixo-FBCF (+4,1%), resultado positivo após uma sequência de 4 anos negativos. O Consumo do Governo se manteve estável (0,0%).

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 4,1%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram 8,5%.

Apesar da situação ainda precária no mercado de trabalho, o consumo das famílias brasileiras foi o principal motor da economia em 2018. Além do crescimento da massa salarial real, o consumo foi impulsionado pelo avanço nas concessões de crédito para pessoas físicas, por um alívio nas taxas de juros e pelo nível controlado de inflação.

O mercado de trabalho é a principal alavanca do consumo familiar. Além da taxa de desemprego elevada (11,6% em dezembro de 2018), existe preocupação com a subutilização da força de trabalho. A informalidade e o número de desalentados e subocupados finalizaram 2018 em níveis recordes.

O consumo das famílias puxou também a alta de 1,3% no PIB de serviços em 2018. O destaque foi justamente a atividade de comércio, que avançou 2,3%.

Por sua vez, a indústria e os investimentos registraram em 2018 o primeiro desempenho positivo no PIB, após quatro anos de queda. O PIB industrial subiu moderadamente, 0,6% ante 2017. A FBCF, a conta dos investimentos no PIB, cresceu 4,1%, mas o avanço foi inflado pela incorporação contábil de plataformas de petróleo, sem efeito real. A taxa de investimento (15,8% do PIB) permanece abaixo do pico (20,9%, em 2013).

A questão contábil está relacionada com uma mudança nas regras do Repetro, programa de incentivo tributário ao setor de petróleo e gás, que levou à incorporação, nas estatísticas de investimentos e importações no PIB, de aportes feitos pelas petroleiras em anos anteriores. Em 2017, os dados da FBCF ficaram subestimados e em 2018 foram superestimados.

Assim, o crescimento real dos investimentos foi em torno de 2,0% em 2018, desconsiderado o efeito contábil. A crise econômica na Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, as incertezas eleitorais, além da crise fiscal enfrentada por governos de todas as esferas levou a cortes nos investimentos públicos, especialmente no que refere a obras de infraestrutura.

A suspensão de investimentos em infraestrutura é o principal responsável pelo desempenho negativo da indústria da construção civil. O PIB da construção recuou 2,5% em 2018, quinto ano seguido de queda, puxando para baixo do desempenho geral da atividade industrial.

Apesar do crescimento em 2018, a atividade econômica ainda está 5,1% abaixo do pico, registrado no primeiro trimestre de 2014. Embora o crescimento anual tenha sido o mesmo em 2017 (+1,1%) e 2018 (+1,1%), as quedas nos dois anos imediatamente anteriores foram mais expressivas: -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016.

Assim, a economia brasileira ainda não recuperou o que perdeu durante a crise econômica, iniciada em meados de 2014.

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda

Taxa Acumulada nos Últimos Quatro Trimestres						
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)		2017.IV	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV
PIB a preços de mercado		1,1	1,3	1,4	1,4	1,1
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	12,5	5,5	1,8	0,4	0,1
	Valor adicionado bruto da indústria	-0,5	0,3	1,0	1,3	0,6
	Valor adicionado bruto dos serviços	0,5	1,3	1,5	1,5	1,3
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	1,4	2,3	2,6	2,3	1,9
	Despesa de consumo do governo	-0,9	-0,3	-0,1	0,2	0,0
	Formação bruta de capital fixo	-2,5	-0,6	2,0	4,3	4,1
	Exportação de bens e serviços	5,2	6,1	4,6	3,3	4,1
	Importação de bens e serviços (-)	5,0	4,6	7,0	9,1	8,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto aos Estados, a economia da Bahia expandiu 1,1% em 2018, ante 0,4% em 2017. O resultado de 2018 foi consequência da recuperação da agropecuária (+12,5%) e dos serviços (+0,9%). Por outro lado, a indústria encolheu (-0,2%). As informações são da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI.

A expansão do setor agropecuário baiano (+12,5%), que contribuiu para o crescimento do PIB do Estado em 2018, foi impulsionada pelo crescimento da produção de grãos colhido na região Oeste do Estado. Assim é que, verificou-se variação de 16,8% no volume na safra dos principais grãos, equivalendo a cerca de 10 milhões de toneladas.

No caso do setor de serviços, a alta deveu-se a expansão em volume do comércio (+1,4%); das atividades imobiliárias (+1,2%) e da administração pública (+1,0%).

Por outro lado, a indústria registrou queda em três das quatro atividades que compõem o setor. O fraco desempenho dessas atividades refletiu na queda de 0,2%. As maiores retrações foram observadas na extrativa (-4,7%) e na construção (-3,7%), além do declínio de 0,4% nas indústrias de transformação. A alta ficou por conta das atividades de eletricidade e água (+10,2%).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco cresceu +1,9% em 2018, ante +2,0% em 2017. Os resultados em 2018 foram puxados pelo setor agropecuário, que apresentou alta de +5,3%, além da indústria (+2,0%) e dos serviços (+1,7%). As informações são da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM.

Na agricultura, as lavouras permanentes registraram crescimento de 13,6%, destacando-se os incrementos na produção de uva, banana, manga e maracujá. A pecuária apresentou crescimento (+3,8%), com destaque para o aumento na produção de ovos e na bovinocultura de corte.

A expansão industrial (+2,0%) em Pernambuco decorreu do desempenho favorável das atividades da indústria de transformação (+3,2%) e da melhoria na construção civil (+0,3%). A produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (0,0%), por sua vez, permaneceu estável.

O comportamento positivo da indústria de transformação estadual em 2018 resultou da expansão de atividades que a compõem, a exemplo da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+21,3%); fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+20,0%).

Os serviços pernambucanos expandiram +1,7% em 2018, com destaque para o comércio de veículos, motocicletas, partes e peças (+11,0%). Seguiram o varejo de móveis (+2,9%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+2,7%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (+2,6%) além de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+0,9%).

O PIB do Ceará cresceu +1,0% em 2018, ante +1,9% em 2017. O desempenho da economia cearense foi impulsionado pelo setor agropecuário, que apresentou alta de +6,4%. Os serviços cresceram moderadamente (+0,9%), enquanto que a indústria contraiu 0,3%. As informações são do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

O crescimento da agropecuária (+6,4%) foi motivado pela expansão das atividades leiteira, de aves e ovos, lavouras de milho e mandioca, além da produção de frutas. O desempenho da indústria foi negativo (-0,3%), verificando-se retração na construção civil (-1,5%), na extrativa (-0,2%) e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP (-0,2%). No setor de Serviços, o comércio puxou o crescimento, com alta de 2,8%.

2 Produção Agropecuária

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a safra nacional de grãos totalizou 226,4 milhões de toneladas em 2018, sendo 5,9% inferior à obtida em 2017 (240,6 milhões de toneladas), implicando redução de 14,2 milhões de toneladas (Tabela 1). Quanto à área colhida, somou 60,9 milhões de hectares, retração de 248 mil hectares, 0,4% menor em comparação com a área colhida em 2017.

Verificou-se declínio na produção das principais culturas do País, a exemplo do milho (-18,3%) e arroz (-5,8%), enquanto que a soja (+2,5%) incrementou o patamar de produção. As referidas culturas representaram, em conjunto, 93,1% da estimativa de produção e 87,2% da área colhida no País em 2018.

O IBGE considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos obteve expressivo incremento, a exemplo do café (+29,4%), tendo a produção aumentado para 3,5 milhões de toneladas e algodão (+28,4%), com a produção alcançando 4,9 milhões de toneladas em 2018.

Vale ressaltar que, entre as regiões, a produção de grãos apresentou variação positiva somente no Nordeste e no Norte, com crescimento de 7,7% e 0,4%, respectivamente. As condições climáticas favoreceram o desenvolvimento das culturas no ano em análise.

No entanto, nas demais regiões, verificou-se declínio na safra de 2018, considerando que a ação do fenômeno “La Niña” contribuiu para incrementar intensidade de chuvas no Norte e Nordeste, enquanto, para a Região Sul, o mesmo fenômeno provocou diminuição das precipitações pluviométricas, prejudicando a atividade agrícola. O Sul apresentou a maior variação negativa, retração de 11,3%, seguida do Centro-Oeste (-54,6%) e Sudeste (-4,4%), conforme disposto na Tabela 1.

Apesar do incremento, o Nordeste obteve participação de 8,5% da produção de grãos (19,2 milhões de toneladas), sendo a quarta maior região produtora de grãos no País, pouco abaixo em comparação com o Sudeste, participação de 10,1% da produção de grãos nacional (222,8 milhões de toneladas). O Centro-Oeste, com produção de 101 milhões de toneladas, cerca de 44,7% da produção nacional, lidera com larga vantagem seguido do Sul (32,9%), representando 74,5 milhões de toneladas. O Norte 4,0% (8,9 milhões) permanece no quinto posto.

Cabe mencionar que no Nordeste ocorreu expansão da produção de trigo (+900,0%), mamona (+61,0%), cacau (+46,1%), algodão herbáceo (+45,3%), café (+36,3%), soja (+20,9%) e amendoim (+7,3%), conforme os dados da Tabela 2. Em relação à participação do Nordeste na produção nacional de algumas culturas, destacam-se: castanha-de-caju (98,5%), mamona (91,5%), cacau (48,0%), banana (32,2%), uva (31,5%), algodão (27,7%), mandioca (26,1%).

Dentre os estados do Nordeste, verificou-se crescimento na safra 2018 no Rio Grande do Norte (+162,6%), Paraíba (+78,9%), Ceará (+19,8%), Bahia (+15,4%) Piauí (+14,8%) e Maranhão (+0,1%). Na mesma base de análise, Sergipe (78,0%), Alagoas (-50,5%) e Pernambuco (-6,3%) registraram redução em suas respectivas safras.

Na Bahia, principal produtor de grãos no Nordeste, cuja participação na produção da Região corresponde a 48,5%, destacaram-se o incremento dos seguintes produtos: trigo (+900,0%), algodão (+49,8%), cacau (+46,1%), café (+36,7%) e soja (+21,6%). Vale destacar ainda o crescimento de 44,8% da produção de cana-de-açúcar.

Maranhão, segunda maior participação na Região (23,0%), foi beneficiado pelo incremento da soja (+17,8%), milho 1ª safra (+8,6%) e algodão (+7,4%). No entanto, as produções de milho 2ª safra (-54,8%, representando queda de 19,0% da produção total de milho), feijão (-19,0%) e arroz (-16,0%) reduziram-se. Piauí, terceiro maior produtor de grãos no Nordeste, obteve acréscimos para algodão (+24,5%), soja (+22,2%), milho (+5,6%) e arroz (+3,1%).

No Ceará, verificou-se aumento na produção de algodão (+152,6%), milho (+27,4%) e feijão (+3,5%), além de mandioca (+31,0%) e tomate (+12,0%). Em Sergipe, quinto maior produtor de grãos na Região, ocorreu redução de 78,0% na colheita, por conta da estiagem, verificando-se quedas significativas na produção de fumo (-100,0%), feijão (-82,6%), milho (-79,7%) e arroz (-50,0%). A safra de cana-de-açúcar também sofreu redução (-6,1%).

Em Pernambuco (declínio de 6,3% na colheita), as maiores expansões na produção de grãos ocorreram para sorgo (+603,8%), milho 1ª safra (+29,3%) e feijão 1ª safra (+13,6%). Por outro lado, importantes culturas declinaram, a exemplo do arroz (-51,4%), feijão 2ª safra (-27,7%), milho 2ª safra (-21,1%) e cana-de-açúcar (-20,6%). Na Paraíba (+78,9%), o crescimento da produção foi impulsionado pelo arroz (+149,5%), milho 1ª safra (+95,3%) e feijão (+57,8%). As culturas da banana e da cana-de-açúcar também expandiram 8,7% e 6,5%, respectivamente.

Em Alagoas, verificou-se perda de 50,5% da produção de grãos, embora algumas cultura tenham obtido expansão: soja (+854,5%), algodão (+75,9%) e amendoim (+65,0%), além da mandioca (+32,0%) e cana-de-açúcar (+15,2%). Por outro lado, estima-se queda na produção de milho (-80,0%) e feijão (-26,4%). No Rio Grande do Norte, Estado com a menor participação (0,3%) na produção de grãos no Nordeste, verificou-se aumento (+162,2%) na safra de 2018, favorecido pelas colheitas de milho (+374,5%) e feijão (+143,9%).

Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil, Nordeste e estados selecionados em 2017 e 2018 - Em toneladas

Grandes Regiões / Estados	Safra 2017	Part. (%)*	Safra 2018	Part. (%)*	Var. (%)
Nordeste	17.868.701	7,4%	19.239.224	8,5%	7,7
Bahia	8.078.077	45,2%	9.323.119	48,5%	15,4
Maranhão	4.427.217	24,8%	4.431.778	23,0%	0,1
Piauí	3.685.171	20,6%	4.232.124	22,0%	14,8
Ceará	528.071	3,0%	632.702	3,3%	19,8
Sergipe	854.519	4,8%	187.750	1,0%	-78
Pernambuco	118.693	0,7%	111.230	0,6%	-6,3
Paraíba	50.303	0,3%	89.975	0,5%	78,9
Alagoas	107.418	0,6%	53.154	0,3%	-50,5
Rio Grande do Norte	19.234	0,1%	50.504	0,3%	162,6
Centro-Oeste	105.931.067	44,0%	101.014.565	44,7%	-4,6
Sul	83.982.424	34,9%	74.511.490	32,9%	-11,3
Sudeste	23.918.522	9,9%	22.877.050	10,1%	-4,4
Norte	8.904.031	3,7%	8.937.740	4,0%	0,4
Brasil	240.604.746	100,0%	226.183.249	100,0%	-6,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2017 e 2018 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2017	Safra 2018		Safra 2017	Safra 2018	
Cereais, legum. e oleaginosas	240.604.746	226.453.182	-5,9	17.868.701	19.112.336	7,0
Algodão herbáceo	3.838.785	4.930.518	28,4	940.946	1.367.640	45,3
Amendoim	541.178	557.878	3,1	10.758	11.543	7,3
Arroz	12.452.662	11.736.353	-5,8	453.037	393.604	-13,1
Aveia	609.130	890.235	46,1	-	-	..
Centeio	6.959	8.184	17,6	-	-	..
Cevada	286.405	325.081	13,5	-	-	..
Feijão	3.291.312	2.973.932	-9,6	630.282	560.118	-11,1
Girassol	103.338	137.969	33,5	-	-	..
Mamona	11.834	19.314	63,2	10.984	17.686	61,0
Milho	99.546.028	81.364.535	-18,3	6.432.124	5.637.111	-12,4
Soja	114.982.993	117.833.492	2,5	9.491.271	11.470.906	20,9
Sorgo	2.147.706	2.251.862	4,8	263.268	157.108	-40,3
Trigo	4.241.602	5.305.067	25,1	3.000	30.000	900,0
Triticale	41.940	41.664	-0,7	-	-	..
Banana	7.185.903	6.710.436	-6,6	2.381.001	2.161.655	-9,2
Batata	4.279.797	3.847.037	-10,1	266.713	203.150	-23,8
Cacau	214.348	255.184	19,1	83.869	122.568	46,1
Café	2.776.621	3.593.165	29,4	183.897	250.634	36,3
Cana-de-açúcar	687.809.933	674.178.718	-2,0	48.367.207	49.153.863	1,6
Castanha-de-caju	134.580	141.388	5,1	133.028	139.342	4,7
Fumo	871.247	794.476	-8,8	16.173	13.862	-14,3
Laranja	18.666.928	16.677.091	-10,7	1.609.058	1.368.693	-14,9
Mandioca	20.606.037	19.392.827	-5,9	5.172.156	5.073.361	-1,9
Tomate	4.373.047	4.084.910	-6,6	526.530	473.321	-10,1
Uva	1.680.020	1.592.242	-5,2	444.958	501.833	12,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

3 Produção Industrial

A produção industrial subiu 0,2% em dezembro de 2018, frente ao mês anterior, compensando a redução de novembro (-0,1%). Em relação à igual mês de 2017, a atividade industrial caiu 3,6%, em dezembro, agravando a redução de novembro de 2018 (-1,0%). Com estes resultados, a indústria apresentou recuo de 1,1% no quarto trimestre de 2018, mas ficou praticamente estável no segundo semestre (+0,1%). No acumulado do ano, registrou taxa positiva (+1,1%), mas perdeu ritmo se comparada a 2017 (+2,5%). Neste patamar, a indústria se encontra 16,3% abaixo do nível recorde de maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil (PIM-PF/BR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A elevação de 1,1% na produção industrial de 2018, em relação a 2017, repercutiu taxas positivas em três das quatro grandes categorias econômicas, em 13 dos 26 ramos, 42 dos 79 grupos e 50,9% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), o avanço de 2018 assinalou maior dinamismo para bens de consumo duráveis (7,6%) e bens de capital (7,4%). Os primeiros impulsionados pela fabricação de automóveis (10,8%) e eletrodomésticos da “linha marrom” (4,4%) e, na segunda categoria, os bens de capital para equipamentos de transporte (13,8%) e para construção (25,2%). O segmento de bens intermediários, embora registrando crescimento (+0,4%), ficou abaixo da média da indústria geral (+1,1%), enquanto os bens de consumo semi e não duráveis voltaram a apresentar índice negativo (-0,3%). Cabe observar que, com exceção dos bens de capital, todas as demais categorias perderam desempenho em 2018, frente a 2017, ano em que retornaram às taxas positivas (Gráfico 1).

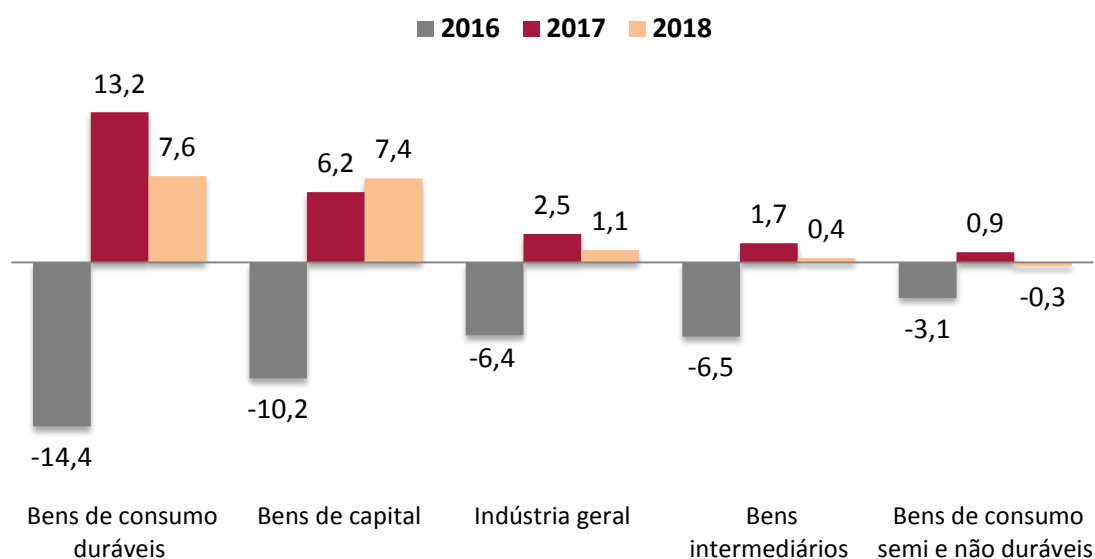
Em relação às seções industriais, a produção extrativa perdeu ritmo em 2018 (+1,3%), frente a 2017 (+4,5%). Da mesma forma, a indústria de transformação cresceu menos (+1,1%) do que no ano anterior (+2,2%), com 12 de suas 25 atividades registrando expansão. Destacaram-se positivamente (Gráfico 2): veículos automotores, reboques e carrocerias (+12,6%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+6,1%); celulose, papel e produtos de papel (+4,9%); metalurgia (+4,0%); máquinas e equipamentos (+3,4%); produtos de madeira (+3,3%); produtos de metal (+2,7%) equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+2,6%). Dentre as principais influências negativas, estão: alimentos (-5,1%); produtos do fumo (-4,0%); confecção, vestuário e acessórios (-3,3%); têxteis (-2,4%); couro, artigos para viagem e calçados (-2,3%).

A pesquisa Sondagem Industrial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), captou recuo na produção em dezembro, frente ao mês anterior. Tal redução é considerada como usual, dado o fim das encomendas de final de ano. Pontuou ainda que a queda, em dezembro de 2018, foi mais intensa do que em 2017. Em consequência, o número de empregados também caiu, sendo acompanhado pela redução na UCI (Utilização da Capacidade Instalada), de 69%, em novembro, para 65%, em dezembro. Ressalte-se, contudo, que a UCI de dezembro foi a maior para o mês, nos últimos quatro anos. Por seu turno, o otimismo do empresário para 2019 só aumentou, desde novembro de 2018. O índice de expectativa de demanda (60,3 pontos) superou 60 pontos pela primeira vez desde abril de 2013; o de quantidade exportada (56,1) é o maior da série mensal, iniciada em fevereiro de 2010; e os índices de expectativa de compras de matérias-primas (57,5) e de número de empregados (53,1) são os maiores desde o início de 2013. O índice de intenção de investimento aumentou pelo quarto mês consecutivo.

Tal otimismo ocorre apesar da percepção de piora nas condições financeiras das empresas, no último trimestre do ano: houve recuo nos índices de satisfação com o lucro operacional e com a situação financeira, e o acesso ao crédito segue mais restrito que o normal. Dentre os principais problemas enfrentados pela indústria, no 4º trimestre, destacaram-se: elevada carga tributária, demanda interna insuficiente e falta/alto custo da matéria-prima.

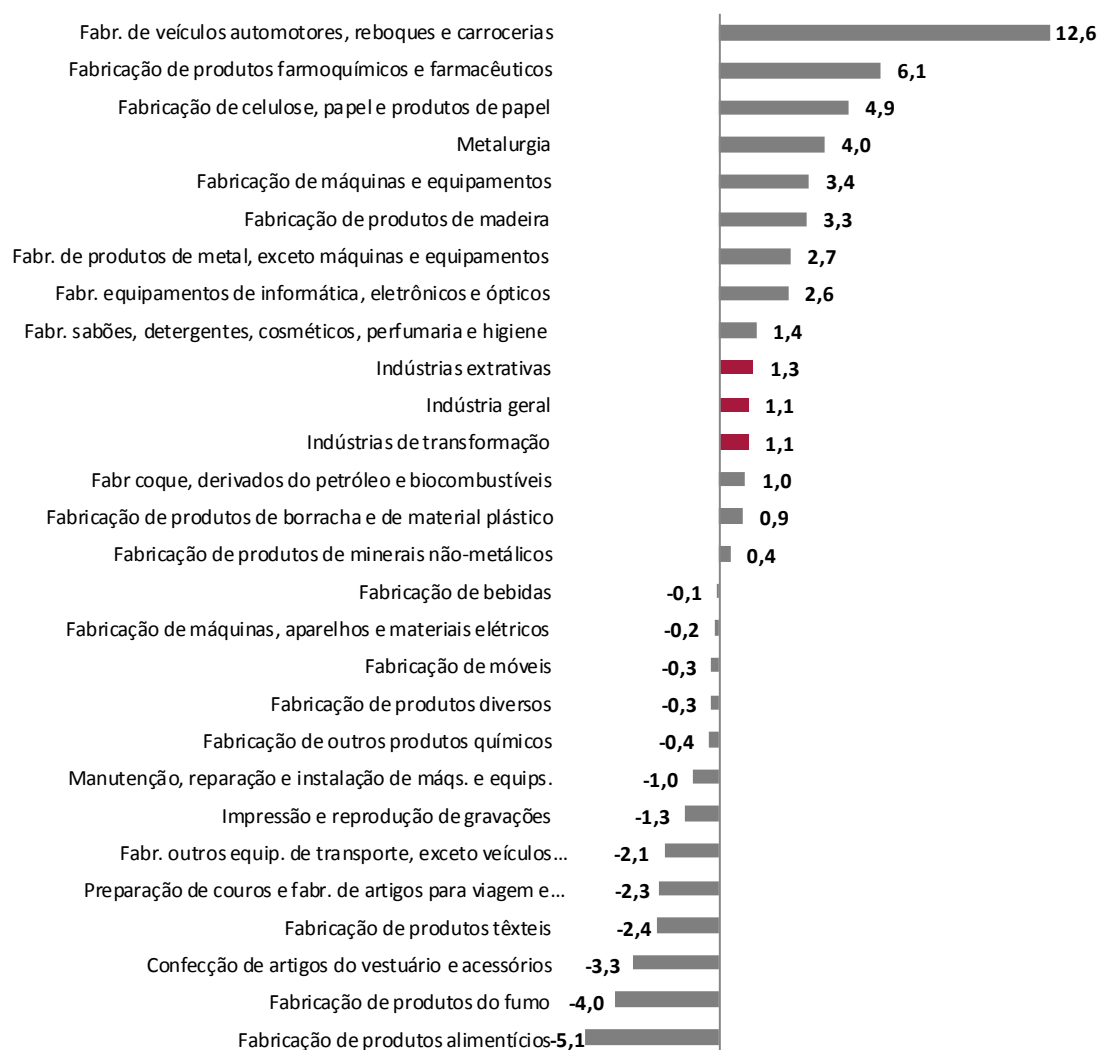
Para 2019, o Boletim Focus do Banco Central, manteve a estimativa de crescimento da produção industrial, em 3,04%, no primeiro relatório deste fevereiro.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - Variação percentual acumulada nos anos de 2016, 2017 e 2018 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - Acumulado em 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O nível de atividade industrial, no Nordeste, apresentou taxa negativa em dezembro de 2018 (-4,9%), frente ao mês imediatamente anterior, em sentido contrário ao desempenho nacional (+0,2%). Nas demais bases de comparação, a indústria regional também assinalou resultados mais modestos do que a média do País, para dezembro de 2018. Em relação a dezembro de 2017: -6,0% (Nordeste) e -3,6% (Brasil); no que se refere ao quarto trimestre do ano: -1,6% (Nordeste) e -1,1% (Brasil); no acumulado de janeiro a dezembro: +0,2% (Nordeste) e +1,1% (Brasil). Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

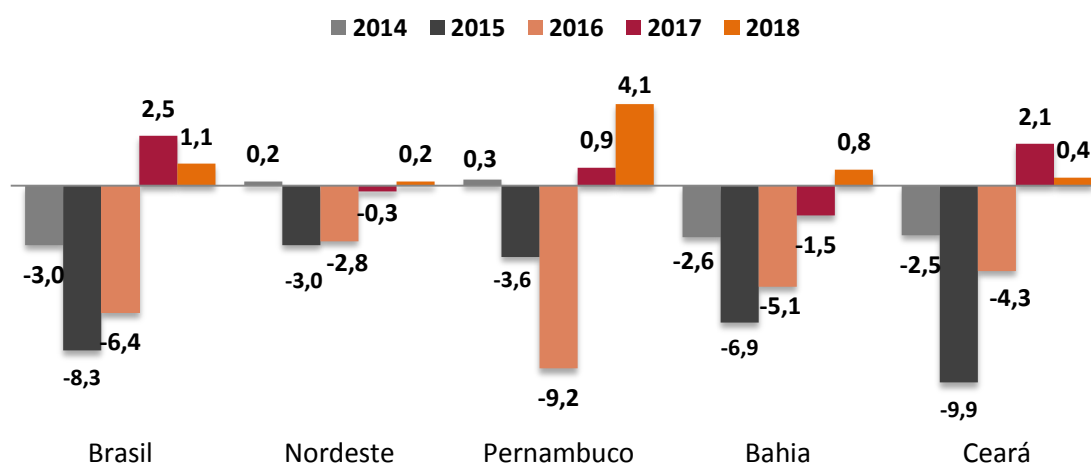
A evolução da indústria, entre os anos de 2014 e 2018, pode ser observada no Gráfico 3. Este mostra que, em geral, o ano de 2015 foi o pior para o setor, no período em análise. No Nordeste, a taxa de crescimento da produção industrial saiu do piso de -3,0%, em 2015, para +0,2%, em 2018, enquanto, na média brasileira, foi de -8,3% para +1,1%, respectivamente. O índice positivo de 2018 (+0,2%) foi o primeiro da Região, nos últimos quatro anos. No caso da média do País (+1,1%), foi o segundo consecutivo, assinalando, porém, perda de ritmo (+2,5%, em 2017). O Gráfico 3 também revela que, nos anos de maior crise, a queda na indústria brasileira foi maior do que a nordestina, mas, por outro lado, seu poder de recuperação tem se mostrado melhor do que o da Região, conforme se observa nas taxas dos últimos dois anos.

Dentre os Estados da Região divulgados pela pesquisa, o Gráfico 3 mostra que Pernambuco apresentou, em 2018, seu melhor resultado dos últimos 5 anos (+4,1%), superando o dos demais Estados do Região, bem como as médias nordestina (+0,2%) e nacional (+1,1%). Sob a ótica da taxa anualizada, contudo, perdeu dinamismo, quando comparada à de novembro do mesmo ano (+5,3%). O Estado ainda se destacou pelas menores taxas da Região, relativas ao mês de dezembro: -5,1%, em relação ao mês anterior; -7,6%, em comparação com dezembro de 2017, e -2,7%, para o quarto trimestre do ano.

A indústria Baiana (+0,8%) apresentou, em 2018, seu primeiro resultado positivo dos últimos cinco anos. O Gráfico 3 aponta que a taxa saiu do piso de -6,9%, em 2015, amenizando o ritmo desde então. De qualquer modo, os índices baianos referentes a dezembro foram positivos, com exceção do relativo ao do mês imediatamente anterior (-1,2%). A atividade cresceu 1,3%, frente a dezembro de 2017; +2,7% no 4º trimestre do ano, e ganhou ritmo na passagem da taxa anualizada de novembro (+0,6%) para dezembro (+0,8%).

O Ceará, por dois anos seguidos, registrou aumento na taxa de crescimento industrial (0,4%, em 2018), mas perdeu dinamismo quando comparado a 2017 (+2,1%), na busca de recuperação das perdas dos anos anteriores (Gráfico 3). O Estado, porém, apresentou redução em outras bases de comparação referentes a dezembro: em relação ao mês imediatamente anterior (-1,4%) e frente a dezembro de 2017 (-3,0%). Além disso, reduziu o ritmo no quarto trimestre do ano (+0,7%), ante +0,9% do terceiro trimestre e no índice acumulado de 12 meses (+0,4%, em dezembro), frente a novembro (+0,7%).

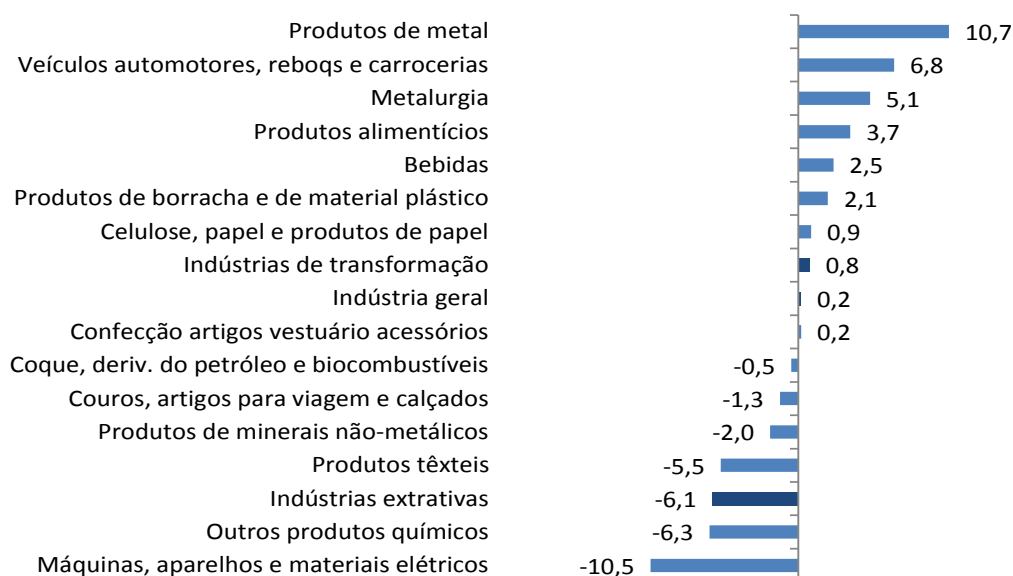
Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - 2014 a 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No Nordeste, o índice acumulado no ano de 2018 (+0,2%) refletiu o recuo na indústria extrativa (-6,1%) e o crescimento na indústria de transformação (+0,8%). Dentre as 14 atividades pesquisadas, da indústria de transformação, 8 assinalaram crescimento (Gráfico 4), em especial: produtos de metal (10,7%); veículos, reboques e carrocerias (6,8%); metalurgia (5,1%); alimentos (3,7%) e bebidas (2,5%). Negativamente, tiveram maior variação: máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,5%); outros produtos químicos (-6,3%); produtos têxteis (-5,5%); produtos de minerais não metálicos (-2,0%).

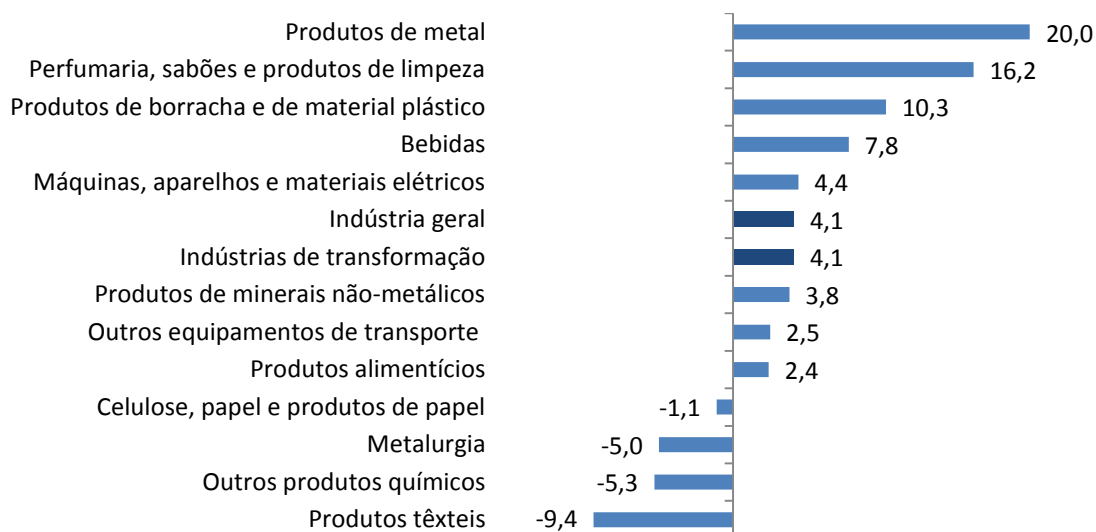
Gráfico 4 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Nordeste - 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados do IBGE.

Em Pernambuco (+4,1%), foram 8 das 12 atividades, em especial: produtos de metal (20,0%); perfumaria e produtos de limpeza (16,2%); borracha e material plástico (10,3%). Contudo, 4 atividades mostraram taxas negativas em 2018: produtos têxteis (-9,4%); outros produtos químicos (-5,3%); metalurgia (-5,0%) e celulose, papel e produtos de papel (-1,1%).

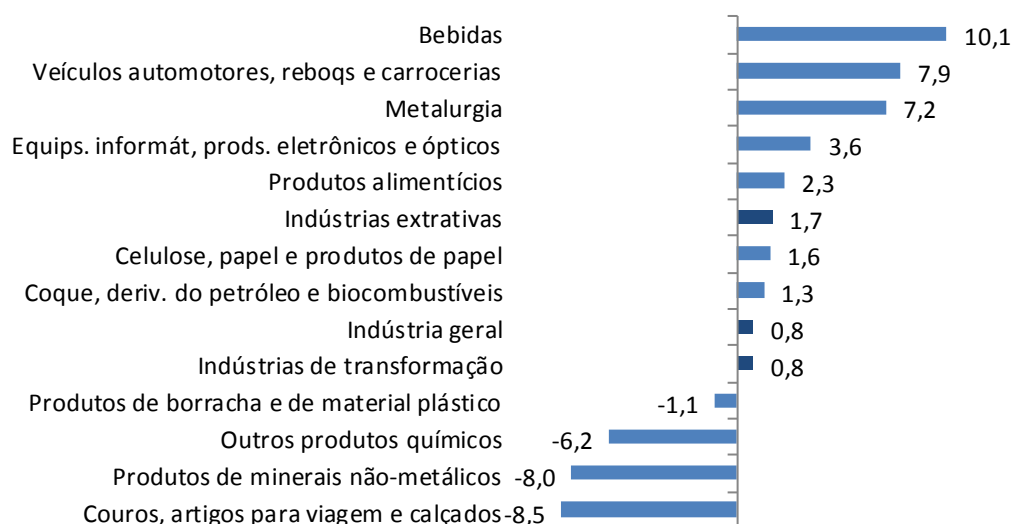
Gráfico 5 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Pernambuco - 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados do IBGE.

Na Bahia (0,8%), avançaram 8 das 12 atividades, dentre elas: bebidas (10,1%); veículos, reboques e carrocerias (7,9%) e metalurgia (7,2%). Por outro lado, 4 atividades declinaram em 2018: couros, artigos para viagem e calçados (-8,5%), produtos de minerais não metálicos (-8,0%), outros produtos químicos (-6,2%) e produtos de borracha e de material plástico (-1,1%).

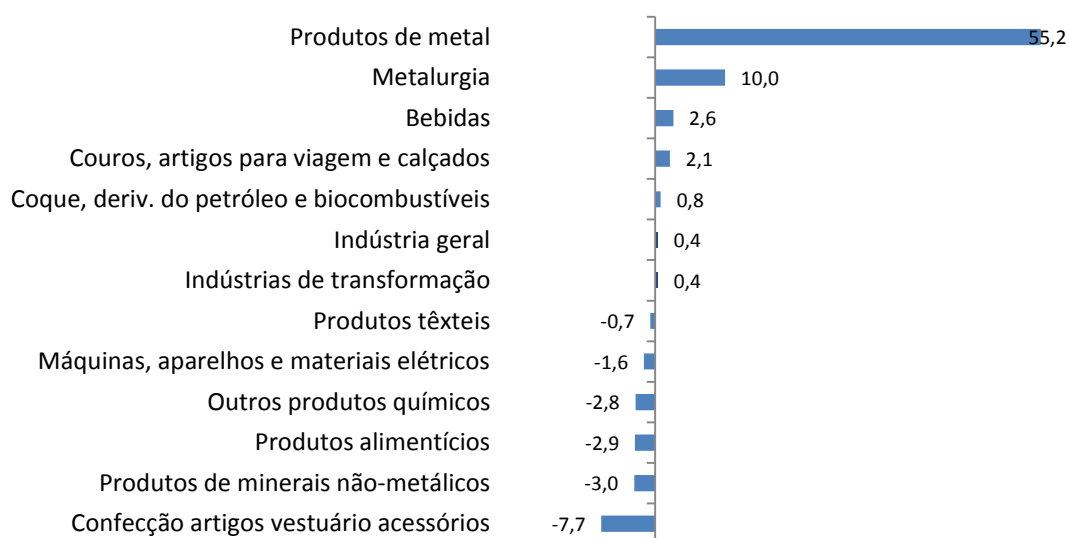
Gráfico 6 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Bahia, - 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados do IBGE.

No Ceará (+0,4%), 5 das 11 atividades pesquisadas cresceram (Gráfico 7), com destaque para: produtos de metal (55,2%); metalurgia (10,0%) e bebidas (2,6%). Enquanto, 6 atividades apontaram recuo em 2018, com destaque para: confecção artigos vestuários e acessórios (-7,7%), produtos de minerais não metálicos (-3,0%) e produtos alimentícios (-2,9%).

Gráfico 7 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Ceará - 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados do IBGE.

4 Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o volume de serviços declinou 0,1% no Brasil no acumulado de 2018, conforme especificado no Gráfico 1. Entre os cinco grupos pesquisados, outros serviços (+1,9%), que inclui atividades imobiliárias; transportes (+1,2%) e serviços prestados às famílias (+0,2%) apresentaram modestas expansões. Em contraposição, segmentos que se comportam como termômetros dos investimentos apresentaram declínios: serviços profissionais (-1,9%) e serviços de informação (-0,5%), conforme destacado na Tabela 1.

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: transporte aéreo (+4,2%) e transporte terrestre (+2,1%). Em contraste, serviços audiovisuais (-4,6%), outros serviços prestados às famílias (-3,6%) e serviços administrativos (-2,1%) declinaram no acumulado de 2018, como mostra a Tabela 1.

Nessa base de comparação, o volume de serviços encolheu em todos os Estados da área de atuação do Banco do Nordeste: Ceará (-7,1%), Rio Grande do Norte (-6,8%), Sergipe (-4,6%), Paraíba (-3,4%), Bahia (-3,3%), Piauí (-3,0%), Alagoas (-2,3%), Espírito Santo (-1,1%), Pernambuco (-1,0%), Maranhão (-0,4%) e Minas Gerais (-0,4%), todos com desempenho abaixo da média nacional (-0,1%), como demonstra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor de serviços para cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, apenas a atividade de serviços prestados às famílias (+11,9%) obteve crescimento em 2018. Os declínios mais expressivos ficaram por conta de outros serviços (-36,9%), serviços profissionais (-10,9%). Além disso, transportes (-4,5%) e serviços de informação (-4,5%) também apresentaram variações negativas.

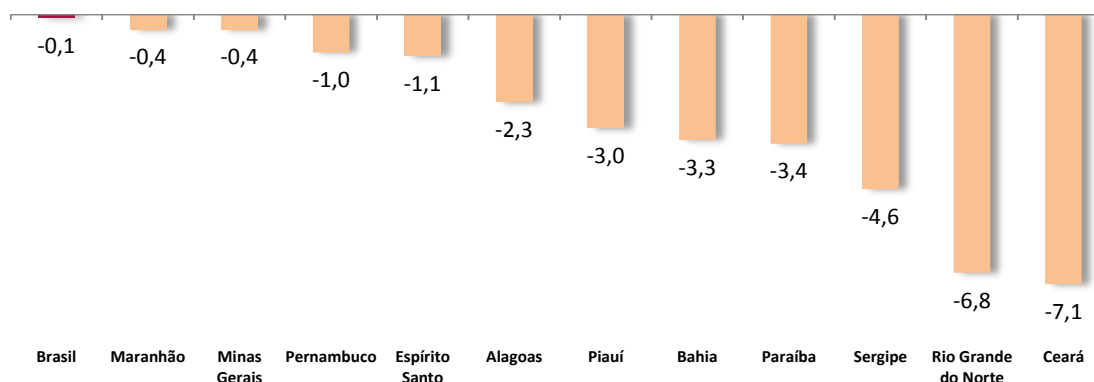
Em Pernambuco, apenas transportes (+5,9%) e serviços prestados às famílias (+2,2%) cresceram, enquanto que serviços profissionais (-7,3%), serviços de informação (-5,3%) e outros serviços (-3,2%) registraram quedas. Na Bahia, serviços profissionais (+1,7%) e transportes (+0,2%) expandiram, ao passo que as outras atividades declinaram, a exemplo de serviços de informação (-11,9%), outros serviços (-10,6%) e serviços prestados às famílias (-1,7%).

Em Minas Gerais, outros serviços (+8,0%) e transportes (+4,2%) foram as únicas categorias a registrar crescimento no acumulado de 2018. Em contraste, serviços profissionais (-3,8%), serviços de informação e comunicação (-3,5%) e serviços prestados às famílias (-2,3%) apresentaram os piores decréscimos. No Espírito Santo, transportes (+4,8%) e serviços prestados às famílias (+0,2%) obtiveram desempenho favorável, enquanto serviços profissionais (-10,1%) finalizaram o ano com a queda mais expressiva, seguida por serviços de informação (-5,6%) e outros serviços (-3,2%), conforme especificado na Tabela 1.

O setor de serviços apresentou seguidos declínios por quatro anos consecutivos: 2015 (-3,6%), 2016 (-5,0%), 2017 (-2,8%), e 2018 (-0,1%), implicando em perdas acumuladas de aproximadamente 12,0% nesse período. O último ano que o volume de serviços registrou crescimento foi 2014 (+2,6%).

Para 2019, a estimativa do ETENE é de crescimento de 2,3% no volume de serviços no Brasil.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de serviços - Brasil e estados selecionados



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	0,2	11,9	2,2	-1,7	-2,3	0,2
Alojamento e alimentação	0,9	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-3,6	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-0,5	-4,5	-5,3	-11,9	-3,5	-5,6
Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	0,1	-	-	-	-	-
Audiovisuais, de edição e agências de notícias	-4,6	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-1,9	-10,9	-7,3	1,7	-3,8	-10,1
Técnico-profissionais	-1,2	-	-	-	-	-
Administrativos e complementares	-2,1	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,2	-4,5	5,9	0,2	4,2	4,8
Transporte terrestre	2,1	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	-0,8	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	4,2	-	-	-	-	-
Armazenagem, serv. auxiliares aos transportes e correio	-0,8	-	-	-	-	-
Outros serviços	1,9	-36,9	-3,2	-10,6	8,0	-3,2
Total	-0,1	-7,1	-1,0	-3,3	-0,4	-1,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1) O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

5 Turismo

O número de chegadas de turistas internacionais ao redor do mundo cresceu 6% em 2018 relativamente a 2017, atingindo 1.404 milhões de turistas, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT).

O continente Europeu concentrou metade das viagens internacionais com 713 milhões de desembarques, a região da Ásia e do Pacífico recebeu 24% dos turistas internacionais enquanto que nas Américas, a fatia atingiu 15,5% dos turistas. O Oriente Médio e a África concentraram, respectivamente, 4,6% e 4,8% do turismo mundial.

O Oriente Médio foi a região que apresentou a maior taxa de crescimento no número de chegadas de turistas, 10%, no período comparativo 2018/2017. Em seguida, aparecem a África (+7%), Europa (+6%), Ásia e Pacífico (+6,0%) e Américas (+3%).

Segundo ainda a OMT, o ambiente econômico favorável, a forte demanda dos principais mercados emissores, a recuperação nos principais destinos afetados por crises anteriores, viagens aéreas mais acessíveis, maior facilitação de vistos, as modernizações tecnológicas, os novos modelos de negócios e a maior facilitação de vistos em torno do mundo aceleraram o crescimento nos últimos anos. Para o ano de 2019, a OMT estima um crescimento entre 3% e 4% no número de chegadas internacionais.

No Brasil, o ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, alcançou US\$ 5.917 milhões, em 2018, 1,9% maior do que a receita obtida no ano anterior (US\$ 5.809 milhões). Por sua vez, a despesa cambial turística (gastos dos brasileiros em viagens internacionais) somou, US\$ 18.263 milhões, registrando queda de 3,9% relativamente a 2017 (US\$ 19.002 milhões). A balança comercial do turismo (diferença entre receita e despesa) encerrou o ano de 2018 com déficit de US\$ 12.346 milhões, 6,4% menor que o saldo negativo de US\$ 13.192 milhões registrado em 2017 (Tabela 1).

Tabela 1 - Receita e despesa cambial turística (milhões de US\$)

Ano	Receita	Despesa	Superávit / Déficit
2018	5.917	18.263	(12.346)
2017	5.809	19.002	(13.192)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Bacen.

A movimentação de passageiros e aeronaves nos aeroportos brasileiros sinaliza o ritmo da atividade turística no País, já que uma das principais vias de acesso ao turismo é o transporte aéreo.

A rede de aeroportos do País é composta, basicamente, por 54 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), pelos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, Brasília, no Distrito Federal, Confins, em Minas Gerais e Galeão, no Rio de Janeiro (nos quais a Infraero detém 49% de participação), além dos aeroportos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza (leiloados à iniciativa privada em março de 2017) e o de Natal (São Gonçalo do Amarante), primeiro administrado totalmente pela iniciativa privada.

Vale ressaltar que os dados referentes aos movimentos operacionais dos aeroportos são fornecidos pelas Companhias Aéreas. Entretanto, a Resolução nº 8/2007, da ANAC, atualmente em vigor, revoga, entre outras ações, a obrigatoriedade do envio dessas informações, podendo comprometer o grau de fidelidade destas.

O movimento de passageiros (embarcados e desembarcados) em voos nacionais e internacionais, nos principais aeroportos do País, somou 206.880.245 passageiros, no acumulado do ano de 2018. Relativamente a 2017, houve crescimento de 3,4%.

O movimento de passageiros em voos domésticos totalizou 182.764.560 passageiros, com pequeno acréscimo de 2,6%, nesse período comparativo. Já nos voos internacionais, o aumento no número de passageiros embarcados e desembarcados foi maior, 9,7%, atingindo 24.115.690 passageiros (Tabela 2).

Em relação ao movimento de aeronaves (pousos + decolagens), os principais aeroportos do País registraram 2.168.065 voos nacionais e 154.598 voos internacionais, em 2018, aumento de 0,8% e 9,3%, respectivamente, em relação a 2017 (Tabela 3).

A Região Sudeste movimentou 54,8% dos passageiros embarcados e desembarcados e 52,6% dos pousos e decolagens de aeronaves que trafegaram pelo País, em 2018.

O Nordeste ocupa a segunda posição, com 16,9% da movimentação de passageiros do País, ou seja, 34.938.746 viajantes, em 2018. Destes, 33.499.103 provenientes de voos domésticos e 1.439.643 de voos internacionais. A movimentação aérea na Região somou 346.785 pousos e decolagens (14,9% do País), dos quais 336.907 oriundos de voos domésticos e 9.878 de voos internacionais.

Tabela 2 - Movimento de passageiros⁽¹⁾ nos aeroportos - Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	Movimento de Passageiros								
	2018			2017			Var. %		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Norte	9.855.129	305.196	10.160.325	9.547.291	257.885	9.805.176	3,2	18,3	3,6
Nordeste	33.499.103	1.439.643	34.938.746	32.298.794	1.039.207	33.338.001	3,7	38,5	4,8
Centro-Oeste	23.764.574	676.778	24.441.352	22.612.244	625.162	23.237.406	5,1	8,3	5,2
Sudeste	92.761.107	20.665.359	113.426.461	90.627.453	19.267.259	109.894.712	2,4	7,3	3,2
Sul	22.884.647	1.028.714	23.913.361	23.019.069	798.716	23.817.785	-0,6	28,8	0,4
Brasil	182.764.560	24.115.690	206.880.245	178.104.851	21.988.229	200.093.080	2,6	9,7	3,4

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília, Confins, Galeão, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza e Natal.

Nota: (1) Embarques e desembarques incluindo conexões.

Tabela 3 - Movimento de aeronaves⁽¹⁾ por aeroportos - Brasil e Regiões

Brasil e Regiões	Movimento de Aeronaves								
	2018			2017			Var. %		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Norte	161.828	6.389	168.217	160.500	6.186	166.686	0,8	3,3	0,9
Nordeste	336.907	9.878	346.785	329.487	7.636	337.123	2,3	29,4	2,9
Centro-Oeste	288.416	4.223	292.639	276.355	3.978	280.333	4,4	6,2	4,4
Sudeste	1.099.616	120.918	1.220.534	1.105.290	113.413	1.218.703	-0,5	6,6	0,2
Sul	281.298	13.190	294.335	278.196	10.272	288.468	1,1	28,4	2,0
Brasil	2.168.065	154.598	2.322.510	2.149.828	141.485	2.291.313	0,8	9,3	1,4

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília, Confins, Galeão, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza e Natal.

Nota: (1) Pousos e decolagens incluindo conexões.

Relativamente a 2017, o Nordeste apresentou as melhores taxas de crescimento no movimento internacional de passageiros (+38,5%) e no de aeronaves (+29,4%). Entretanto, a movimentação turística internacional ainda é pequena no Nordeste: 4,1% dos passageiros embarcados e desembarcados e 2,3% dos pousos e decolagens.

Os aeroportos internacionais de Recife, de Salvador e de Fortaleza responderam por 66,0% do movimento de passageiros e por 62,8% do movimento de aeronaves da Região (Tabelas 4 e 5).

Os maiores incrementos percentuais no número de passageiros embarcados e desembarcados, em 2018 relativamente a 2017, foram verificados nos aeroportos de Juazeiro do Norte (+275,2%), Fortaleza (+12,0%), Campina Grande (+12,0%), Recife (+8,0%) e Paulo Afonso (+9,6%). Por outro lado, o movimento total de passageiros retrocedeu nos aeroportos de Ilhéus (-18,4%), de Parnaíba (-9,5%), de Imperatriz (-6,2%), de Aracaju (-3,2%) e de Teresina (-3,2%).

O Aeroporto Internacional de Fortaleza registrou maior incremento na movimentação de aeronaves (+9,9%), seguido dos aeroportos de João Pessoa (+7,4%), Salvador (+6,3%), Recife (+4,9%), Maceió (+3,3%), Campina Grande (+3,3%). Os demais aeroportos da Região apresentaram redução no número de pousos e decolagens.

Apesar da lenta recuperação da economia, o resultado positivo dos movimentos de passageiros e de aeronaves mostra o esforço da Região em desenvolver o turismo através do aumento do número e frequência de voos e da promoção dos destinos turísticos.

Ademais, a posição privilegiada do Nordeste relativamente à distância para chegar aos Estados Unidos e Europa, bem como a bem sucedida estratégia dos governos estaduais em captar novos voos e companhias aéreas internacionais para operar na Região refletiram no bom resultado do fluxo internacional de passageiros.

Tabela 4 - Movimento de passageiros ⁽¹⁾ por aeroportos do Nordeste

Principais aeroportos	Movimento de Passageiros								
	2018			2017			Var. %		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Aeroporto Internacional de Recife	7.860.280	539.655	8.399.935	7.403.644	373.237	7.776.881	6,2	44,6	8,0
Aeroporto Internacional de Salvador	7.631.368	386.410	8.017.778	7.417.668	318.017	7.735.685	2,9	21,5	3,6
Aeroporto Internacional de Natal	2.339.732	89.657	2.429.389	2.321.892	81.243	2.403.135	0,8	10,4	1,1
Aeroporto Internacional de Maceió	2.162.216	17.924	2.180.140	2.057.527	10.718	2.068.245	5,1	67,2	5,4
Aeroporto Internacional de São Luís	1.589.066	46	1.589.112	1.601.812	24	1.601.836	-0,8	91,7	-0,8
Aeroporto Internacional de João	1.405.488	3.649	1.409.137	1.381.917	5.579	1.387.496	1,7	-34,6	1,6
Aeroporto de Aracaju	1.186.837	2	1.186.839	1.225.784	5	1.225.789	-3,2	-60,0	-3,2
Aeroporto de Teresina	1.069.406	0	1.069.406	1.104.451	0	1.104.451	-3,2	0,0	-3,2
Aeroporto de Juazeiro do Norte	563.895	0	563.895	150.275	0	150.275	275,2	0,0	275,2
Aeroporto de Ilhéus	486.348	6	486.354	596.351	0	596.351	-18,4	0,0	-18,4
Aeroporto Internacional de Imperatriz	483.588	8	483.596	485.495	0	485.495	-0,4	0,0	-0,4
Aeroporto de Campina Grande	168.279	0	168.279	150.275	0	150.275	12,0	0,0	12,0
Aeroporto de Paulo Afonso	13.161	0	13.161	12.012	0	12.012	9,6	0,0	9,6
Aeroporto Internacional de Parnaíba	11.441	0	11.441	12.639	0	12.639	-9,5	0,0	-9,5
Total	33.499.103	1.439.643	34.938.746	32.298.794	1.039.207	33.338.001	3,7	38,5	4,8

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos de Salvador, Fortaleza e Natal.

Nota: (1) Embarques e desembarques incluindo conexões.

Tabela 5 - Movimento de aeronaves ⁽¹⁾ no Nordeste

Principais aeroportos	Movimento de Aeronaves								
	2018			2017			Var. %		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Aeroporto Internacional de Recife	75.107	3.659	78.766	72.545	2.554	75.099	3,5	43,3	4,9
Aeroporto Internacional de Salvador	79.019	2.451	81.470	74.342	2.300	76.642	6,3	6,6	6,3
Aeroporto Internacional de Fortaleza	54.794	2.671	57.465	50.470	1.820	52.290	8,6	46,8	9,9
Aeroporto Internacional de Natal	18.215	597	18.812	18.352	483	18.835	-0,7	23,6	-0,1
Aeroporto Internacional de Maceió	18.343	205	18.548	17.760	194	17.954	3,3	5,7	3,3
Aeroporto Internacional de São Luís	18.708	28	18.736	19.654	41	19.695	-4,8	-31,7	-4,9
Aeroporto Internacional de João Pessoa	14.237	127	14.364	13.313	60	13.373	6,9	111,7	7,4
Aeroporto de Aracaju	12.077	38	12.115	12.815	32	12.847	-5,8	18,8	-5,7
Aeroporto de Teresina	13.817	6	13.823	14.844	4	14.848	-6,9	50,0	-6,9
Aeroporto de Juazeiro do Norte	8.524	0	8.524	8.710	0	8.710	-2,1	0,0	-2,1
Aeroporto de Ilhéus	7.584	16	7.600	9.052	16	9.068	-16,2	0,0	-16,2
Aeroporto Internacional de Petrolina	5.869	76	5.945	5.932	124	6.056	-1,1	-38,7	-1,8
Aeroporto de Imperatriz	4.858	4	4.862	5.827	6	5.833	-16,6	-33,3	-16,6
Aeroporto de Campina Grande	3.444	0	3.444	3.333	0	3.333	3,3	0,0	3,3
Aeroporto de Paulo Afonso	752	0	752	814	0	814	-7,6	0,0	-7,6
Aeroporto Internacional de Parnaíba	1.559	0	1.559	1.724	2	1.726	-9,6	0,0	-9,7
Total	336.907	9.878	346.785	329.487	7.636	337.123	2,3	29,4	2,9

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos de Salvador, Fortaleza e Natal.

Nota: (1) Pousos e decolagens incluindo conexões.

6 Comércio Varejista

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo restrito nacional apresentou crescimento de vendas de 2,3% no acumulado de 2018. O comércio ampliado, que inclui o varejo restrito, a comercialização de veículos e de material de construção, expandiu 5,0% nessa mesma base de comparação (Gráfico 1).

Dentre os 10 grupos de atividades pesquisadas, seis registraram crescimento em 2018, com destaque para: veículos, motocicletas, partes e peças (+15,1%), artigos de uso pessoal (+7,6%) e artigos farmacêuticos (+5,9%). Em contraposição, livros, jornais e revistas (-14,7%), combustíveis e lubrificantes (-5,0%) e tecidos, vestuários e calçados (-1,6%) declinaram no período estudado, conforme os dados especificados na Tabela 1.

Quanto aos Estados, o varejo restrito seguiu trajetória ascendente, no acumulado de 2018, no Espírito Santo (+7,7%), Rio Grande do Norte (+6,8%) e Maranhão (+5,9%), todos com desempenho acima da média nacional (+2,3%). Paraíba (+2,2%), Ceará (+2,1%), Sergipe (+0,6%) e Alagoas (+0,4%) também expandiram, ao passo que Pernambuco (-0,8%), Piauí (-0,3%), Bahia (-0,1%) e Minas Gerais (-0,1%), registraram queda nas vendas, como demonstra o Gráfico 1.

Em relação ao varejo ampliado, Espírito Santo (+13,5%), Maranhão (+6,1%) e Rio Grande do Norte (+5,7%) apresentaram crescimento nas vendas acima da média nacional (+5,0%) em 2018. Em consonância, Paraíba (+3,9%), Sergipe (+3,6%), Piauí (+3,1%), Minas Gerais (+3,0%), Ceará (+2,7%), Alagoas (+2,2%), Pernambuco (+1,7%) e Bahia (+1,5%) expandiram as vendas no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, a venda de artigos de uso pessoal (+6,8%), veículos, motocicletas, partes e peças (+6,5%) e materiais para escritório (+4,6%) apresentaram expansão. Em Pernambuco, cabe mencionar: veículos, motocicletas e partes (+11,0%), artigos farmacêuticos (+2,7%) e artigos de uso pessoal (+2,6%).

Na Bahia, a maior alta verificou-se em artigos farmacêuticos (+13,0%), seguido por artigos de uso pessoal (+11,0%) e veículos, motocicletas e partes (+6,7%). Em Minas Gerais, cabe mencionar veículos, motocicletas e partes (+19,6%), materiais para escritório (+12,7%) e hiper e supermercados (+10,8%). No Espírito Santo, a comercialização de materiais para escritório (+28,9%), veículos, motocicletas e partes (+25,2%) e móveis e eletrodomésticos (+24,5%) sobressaíram-se. Os dados para os cinco Estados mencionados estão especificados na Tabela 1.

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o varejo ainda não recuperou as perdas ocorridas no período de crise econômica. No conceito restrito do varejo, a retração do volume de vendas gerou perda acumulada de 10,5% em 2015 e 2016. Portanto, a recuperação obtida em 2017 (+2,0%) e em 2018 (+2,3%) não foi suficiente para repor o declínio. No conceito ampliado, a queda alcançou 20,5% no acumulado de 2015 e 2016, ocorrendo crescimento de 4,0% em 2017 e de 5,0% em 2018. Estima-se que o varejo restrito crescerá 5,0% em 2019, enquanto que o varejo ampliado expandirá 2,9%.

Assim, o varejo somente retorna ao patamar máximo de vendas - alcançado em outubro de 2014 - em fevereiro de 2020. O cálculo da CNC leva em consideração um crescimento mensal equivalente à média dos últimos 15 anos, que no caso do varejo restrito foi de 0,36% ao mês.

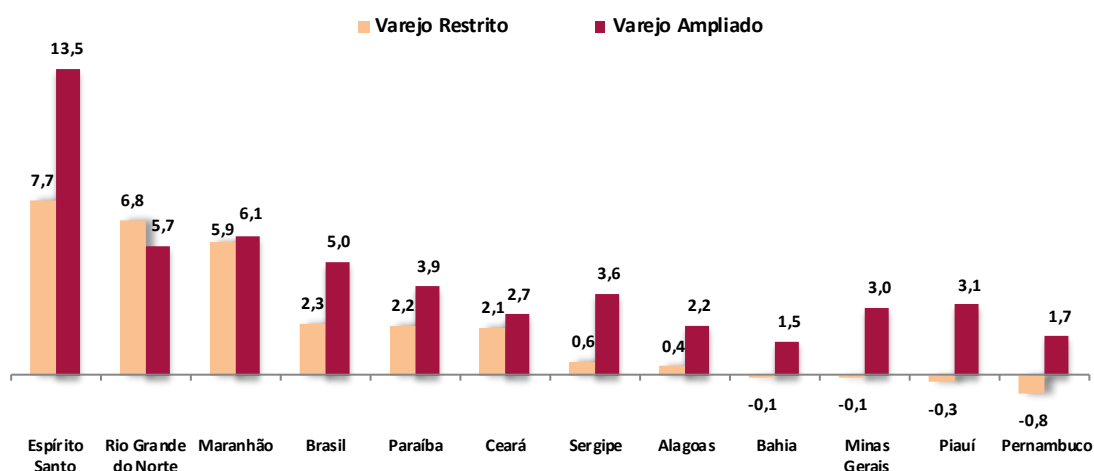
Quanto ao varejo ampliado, as vendas voltam ao pico atingido em agosto de 2012 em maio de 2021. A situação é mais complicada para o varejo ampliado, que inclui os segmentos de veículos e material de construção. As vendas só voltam ao pico atingido em agosto de 2012 daqui a mais de dois anos: em maio de 2021. A projeção considera o crescimento médio mensal de 0,37% obtido pelo varejo ampliado nos últimos 15 anos.

Nos dois casos, a melhora será puxada pelos segmentos que vendem bens essenciais, como supermercados e farmácias. As vendas de artigos farmacêuticos já retornaram ao melhor desempenho da série, enquanto o volume vendido pelo setor de supermercados está apenas 1,1% abaixo do ponto mais alto já alcançado, mas o segmento só retorna ao topo de vendas em junho de 2020.

Segundo a CNC, o varejo ampliado conseguiu recuperar apenas 45% do que foi perdido desde o ápice nas vendas até o ponto mais baixo, atingido em setembro de 2016, em meio à recessão econômica. No entanto, as previsões da CNC consideram que após tantos anos de perdas há uma demanda reprimida por bens não essenciais, o que ajudará o desempenho do comércio varejista a retomar seu ápice nos próximos anos.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) reconhece que 2018 frustrou as expectativas, embora o setor tenha registrado o melhor desempenho desde 2015. A projeção da entidade é de que a retomada mesmo nas vendas ocorra em 2020, apesar da estimativa de uma alta de 3,0% nas vendas do setor supermercadista em 2019.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados em 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados em 2018

Comércio e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Varejo Restrito	2,3	2,1	-0,8	-0,1	-0,1	7,7
Combustíveis e lubrificantes	-5,0	-2,5	-2,7	-13,2	-17,6	1,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,8	2,3	0,9	1,0	9,8	4,9
Hipermercados e supermercados	4,0	1,3	1,6	2,4	10,8	5,1
Tecidos, vestuários e calçados	-1,6	0,2	-8,3	-6,6	1,9	5,2
Móveis e eletrodomésticos	-1,3	3,5	-1,2	0,8	-19,5	24,5
Móveis	-3,3	0,5	2,9	-2,3	-15,9	10,9
Eletrodomésticos	0,2	7,5	-2,0	2,9	-20,4	32,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,9	1,1	2,7	13,0	6,6	11,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-14,7	-13,2	-19,1	-15,1	-5,6	-15,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,1	4,6	-3,6	0,2	12,7	28,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,6	6,8	2,6	11,0	-11,8	1,7
Varejo Ampliado	5,0	2,7	1,7	1,5	3,0	13,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,1	6,5	11,0	6,7	19,6	25,2
Material de construção	3,5	-2,8	-1,2	-0,6	4,7	0,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

7 Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Nordeste gerou 80.639 postos de emprego com carteira assinada em 2018. O resultado deriva dos 2.107.786 admitidos e dos 2.027.147 demitidos, configurando crescimento de 1,30% em dezembro de 2018 em relação ao estoque de dezembro de 2017.

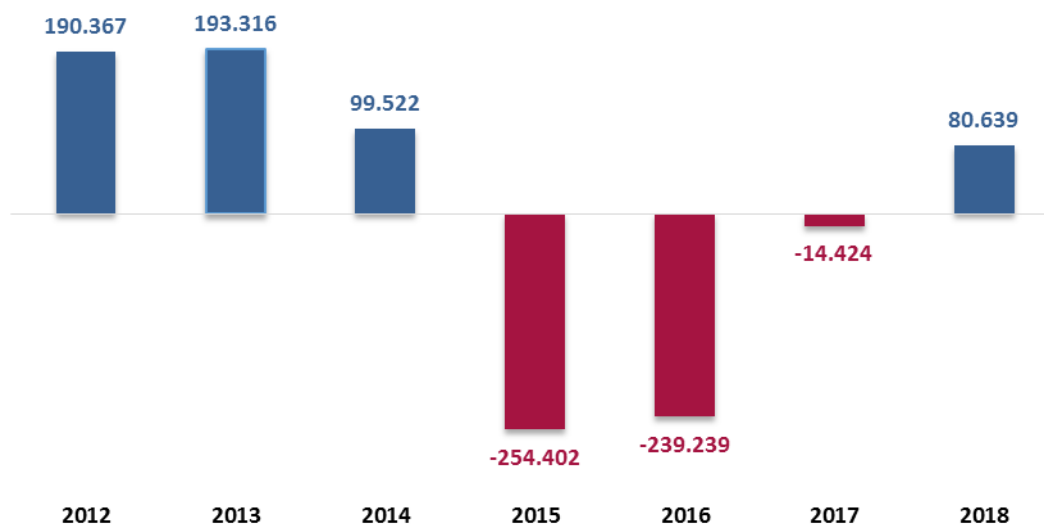
No entanto, o crescimento em 2018 não foi suficiente para recuperar os saldos negativos computados nos anos de 2015, 2016 e 2017. Como pode ser observado no Gráfico 1, é possível identificar a queda gradual do saldo de emprego para os três anos anteriores: eliminação de 254.402 postos de trabalho em 2015, seguido pela redução de 239.239 postos em 2016 e de 14.424 postos de trabalho em 2017. É importante frisar que, somando esses três últimos anos, o Nordeste perdeu 508.065 empregos com carteira assinada.

Setorialmente, os dados revelam que, em 2018, em seis dos oito setores da atividade econômica divulgados pelo CAGED, houve expansão no nível de emprego na Região. Nesse período, a atividade de Serviços foi a que mais gerou vagas, com a criação de 66.071 postos, seguida pelo Comércio (+14.923 postos), Agropecuária (+3.785 postos), Administração Pública (+1.469 postos), Extrativa Mineral (+1.276 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.171 postos).

Entretanto, em 2018, a atividade de Construção Civil (-4.257 postos) e da Indústria de Transformação (-3.799 postos) reduziram o nível de emprego formal na Região. Os saldos negativos da Construção Civil e da Indústria de Transformação decorreram, principalmente, do baixo desempenho do segmento Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (-5.140), da Indústria de material de transporte (-1.685) e da Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido (-1.302). Por outro lado, a Indústria de calçados (+3.515) e a Indústria metalúrgica (+1.324) registraram saldos positivos para o mesmo período em análise. Já as demais subatividades estão descritas na Tabela 1.

A atividade de Serviços foi o principal destaque na geração de empregos celetistas na Região nos 12 primeiros meses de 2018, apresentando 850.531 admissões e 784.460 desligamentos, configurando saldo positivo de 66.071 postos de trabalho (Tabela 1). Verificou-se, também, expansão em todas as seis subatividades, resultado encabeçado por Alojamento, alimentação, reparação e manutenção, que gerou 20.755 postos na Região, com destaque para formação de 5.888 postos na Bahia; 4.863 no Ceará; 3.570 no Maranhão; 3.494 em Pernambuco e 891 em Alagoas. Seguem os dados referentes às demais subatividades de Serviços: Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, com saldo positivo de 17.959 postos no conjunto dos nove estados, sendo 5.491 no Ceará, 5.430 postos na Bahia, 2.731 no Maranhão e 2.704 postos em Alagoas. Em Serviços médicos, odontológicos e veterinários, que formou 17.098 vagas no Nordeste, destacam-se as gerações de 5.579 postos na Bahia, 4.152 postos no Ceará e 1.471 no Maranhão; além da subatividade de Ensino, que gerou 7.732 postos no Nordeste, com ênfase na criação de 3.300 na Bahia, 888 no Ceará, 766 em Sergipe e 750 em Pernambuco.

Gráfico 1 - Nordeste: Evolução do saldo de empregos formais - 2012 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 1 - Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados, por atividade econômica

Setor	Dezembro de 2018			Jan - Dez/2018		
	Admitido	Desligado	Saldos	Admitido	Desligado	Saldos
Extrativa Mineral	336	412	-76	6.705	5.429	1.276
Indústria de Transformação	11.563	24.678	-13.115	303.109	306.908	-3.799
Calçados	364	2.980	-2.616	27.125	23.610	3.515
Metalúrgica	1.482	1.571	-89	20.032	18.708	1.324
Mecânica	612	795	-183	10.762	10.492	270
Produtos minerais não metálicos	1.128	1.632	-504	21.565	21.454	111
Papel, papelão, editorial e gráfica	444	587	-143	8.591	8.575	16
Química de prod. farmacêuticos, veterinários...	980	2.766	-1.786	29.493	29.527	-34
Madeira e do mobiliário	460	666	-206	9.171	9.273	-102
Borracha, fumo, couros, peles, similares...	334	602	-268	7.508	7.866	-358
Material elétrico e de comunicações	158	582	-424	5.261	5.675	-414
Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.228	2.984	-1.756	37.237	38.539	-1.302
Material de transporte	200	1.174	-974	5.939	7.624	-1.685
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	4.173	8.339	-4.166	120.425	125.565	-5.140
S. I. U. P ⁽¹⁾	1.006	1.194	-188	17.644	16.473	1.171
Construção Civil	11.548	22.634	-11.086	245.941	250.198	-4.257
Comércio	43.246	40.658	2.588	515.514	500.591	14.923
Comércio varejista	37.487	34.845	2.642	433.204	422.058	11.146
Comércio atacadista	5.759	5.813	-54	82.310	78.533	3.777
Serviços	55.272	66.596	-11.324	850.531	784.460	66.071
Serviços de alojamento, alimentação, reparação,	22.218	20.472	1.746	297.989	277.234	20.755
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários...	21.424	22.001	-577	310.445	292.486	17.959
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5.136	7.420	-2.284	88.970	71.872	17.098
Ensino	1.914	10.564	-8.650	75.340	67.608	7.732
Transportes e comunicações	4.234	5.525	-1.291	71.484	69.233	2.251
Instituições de crédito, seguros e capitalização	346	614	-268	6.303	6.027	276
Administração Pública	226	653	-427	7.829	6.360	1.469
Agropecuária	5.513	15.869	-10.356	160.513	156.728	3.785
Nordeste	128.710	172.694	-43.984	2.107.786	2.027.147	80.639

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) S.I.U.P. corresponde aos Industriais de Utilidade Pública

Das nove Unidades Federativas do Nordeste, oito registraram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, proporcionando, em conjunto, 80.639 novos postos de trabalho em 2018. No entanto, no mês de dezembro, houve redução dos postos de trabalho na Região, 0,7% menor ao registrado em dezembro de 2017, perdendo assim, 43.984 postos de trabalho. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, compilados do Ministério do Trabalho.

Em 2018, a Bahia, foi o estado que mais gerou empregos celetista no Nordeste, totalizando 28.621 postos de trabalho, 1,73% maior quando comparado ao acumulado do ano anterior. Vale destacar Ceará, Maranhão e Piauí que finalizaram com saldo positivo, criando respectivamente 23.081, 9.649 e 5.662 novos empregos celetista os quais quando comparados com os do período anterior cresceram 2,05% no Ceará, 2,12% no Maranhão e 1,98% no Piauí.

No Rio Grande do Norte (+5.542), Paraíba (+5.377), Pernambuco (+2.023) e Sergipe (+841) finalizaram os doze primeiros meses de 2018 com saldo positivo. Contudo, no mesmo período, Alagoas (-157) reduziu o nível de emprego celetista, ressaltando que 2018 finaliza 0,04% menor quando comparado com 2017, conforme a Tabela 2.

A Bahia (+28.896) foi o quinto Estado que mais formou postos de trabalho no País, em 2018. As atividades econômicas responsáveis pelo desempenho do mercado de trabalho formal nesse Estado foram: Serviços (+20.505, com ênfase no Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, com formação de 5.888 postos); Comércio (+1.983, com destaque no Comércio atacadista, formando 1.555 empregos); Indústria de Transformação (+1.869); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.828); Administração Pública (+1.040); Extrativa Mineral (+942); e Construção Civil (+863). Nesse período, Agropecuária foi a única atividade que perdeu vagas, redução de 409 empregos.

O Ceará segue como o oitavo Estado que mais gerou novos postos de trabalho em 2018 no Brasil. Esse resultado foi em decorrência, principalmente, do aumento no nível de empregos dos seguintes setores: Serviços (+16.269); Indústria de Transformação (+3.872, sendo 3.191 postos da Indústria de calçados); Comércio (+2.489, com 2.729 postos no Comércio varejista); Construção Civil (+416); Extrativa Mineral (+182); e Administração Pública (+95). Embora com saldo positivo no Estado, os setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública (-177) e Agropecuária (-65) reduziu o estoque de postos de emprego no período em análise.

Maranhão foi o estado do Nordeste em que houve o maior incremento no estoque de trabalho (2,12%) em relação a dezembro de 2017. O saldo positivo foi decorrente, sobretudo, da atuação de Serviços (+8.596) e de Comércio (+2.292). As atividades de Agropecuária (+1.334), Administração Pública (+434), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+404) e Extrativa Mineral (+77) também apresentaram saldo positivo no acumulado de 2018. No entanto, Construção Civil (-3.307) e Indústria de Transformação (-181), por sua vez, apresentaram redução de vagas.

O Piauí, quarto estado com maior saldo na Região nordestina, registrou saldo positivo em 2018. O resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de postos do setor de Serviços (+2.613). Os segmentos do Comércio (+1.707), Indústria de Transformação (+1.503), Agropecuária (+567), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+459), Extrativa Mineral (+56) e Administração Pública (+4) também se firmaram com saldo positivo. Todavia, no mesmo período, o setor da Construção Civil (-1.247) reduziu seu nível de emprego.

No Rio Grande do Norte ampliou-se o quadro de emprego, de janeiro a dezembro de 2018. Os setores de Serviços (+4.478), Comércio (+775), Construção Civil (+336), Agropecuária (+309), Administração Pública (+103), Extrativa Mineral (+82) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+38) aumentaram o nível de emprego. Por outro lado, Indústria de Transformação (-579), registrou perda de empregos celetistas no mesmo período.

Paraíba aumentou o número de postos de trabalho no acumulado entre janeiro e dezembro de 2018. O desempenho foi motivado pelos setores: Serviços (+4.360); Comércio (+1.874); Agropecuária (+511); Extrativa Mineral (+21); e Administração Pública (+16). No entanto, as seguintes atividades perderam contratações de empregos com carteira assinada: Construção Civil (-1.082), Indústria de Transformação (-181) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-142).

Pernambuco registrou acréscimo no nível empregatício em 2018. Os setores que puxaram o saldo positivo foram: Comércio (+3.180), Serviços (+3.169), Agropecuária (+1.192) e Extrativa Mineral (+29). Entretanto, Indústria de Transformação (-3.782) e Construção Civil (-1.638) tiveram grandes perda. Em consonância, Administração Pública (-85) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-42), ainda que de forma sucinta, as demissões superaram as admissões no acumulado de 2018.

Sergipe registrou um leve incremento no nível do estoque de emprego celetista em 841 postos, nos doze meses de 2018. Os setores da Construção Civil (+1.221) e Serviços (+1.024) foram os que ampliaram o estoques de empregos formais na Região. Por outro lado, os setores de Comércio (-539), Indústria de Transformação (-515), Extrativa Mineral (-144), Administração Pública (-131), Agropecuária (-43) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-32), contribuíram para a baixa dos números no Estado.

Em Alagoas, por sua vez, o saldo de movimentação dos admitidos e desligados foi negativo em 157 postos. Dentre as oito atividades, Indústria de Transformação (-5.805) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-1.165) contribuíam predominantemente para a perda de postos de trabalho no Estado. Embora com saldo negativo no Estado, no período estudado, Serviços (+5.057) e Construção Civil (+1.162) obtiveram crescimento expressivo.

Tabela 2 - Movimentação de admitidos e desligados no Brasil, Nordeste e Estados - Dezembro de 2018 e acumulado em 2018

Estado/Região	Dezembro de 2018				Jan - Dez/2018			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Bahia	39.501	51.206	-11.705	-0,69	600.196	571.575	28.621	1,73
Ceará	23.514	28.995	-5.481	-0,48	390.089	367.008	23.081	2,05
Maranhão	7.770	10.688	-2.918	-0,63	151.517	141.868	9.649	2,12
Piauí	6.233	7.056	-823	-0,28	92.287	86.625	5.662	1,98
Rio Grande do Norte	9.808	12.076	-2.268	-0,53	145.346	139.804	5.542	1,31
Paraíba	7.515	10.131	-2.616	-0,65	127.259	121.882	5.377	1,35
Pernambuco	22.810	37.764	-14.954	-1,20	397.030	395.007	2.023	0,16
Sergipe	5.037	6.716	-1.679	-0,59	86.332	85.491	841	0,30
Alagoas	6.522	8.062	-1.540	-0,44	117.730	117.887	-157	-0,04
Nordeste	128.710	172.694	-43.984	-0,70	2.107.786	2.027.147	80.639	1,30

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

8 Comércio Exterior

As exportações brasileiras somaram, em 2018, US\$ 239.889,2 milhões, incremento de 10,2%, frente a 2017, enquanto as importações totalizaram US\$ 181.230,6 milhões, registrando taxa de crescimento de 20,2%.

Por conseguinte, a balança comercial brasileira atingiu superávit de US\$ 58.658,6 milhões em 2018, saldo 12,4% menor do que o registrado em 2017 (US\$ 66.989,7 milhões), segundo dados da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 421.119,8 milhões, ante US\$ 368.488,7 milhões em 2017, incremento de 14,3%, nesse intervalo.

A decomposição das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 1) mostra que, em 2018, as vendas dos produtos básicos representaram praticamente a metade da pauta exportadora (49,7%), incremento de 18,1%, relativamente a 2017.

Os principais produtos desse grupo, soja (US\$ 33.190,8 milhões, 13,8% da pauta total), petróleo (US\$ 25.131,0 milhões, 10,5%) e minérios de ferro (US\$ 20.215,7 milhões, 8,4%) responderam por mais de um terço do total exportado pelo País.

As vendas de soja cresceram 29,1%, no período 2018/2017, motivadas pelo aumento da demanda chinesa, como consequência da guerra comercial com os Estados Unidos. Já a receita gerada com a exportação de petróleo aumentou 51,2% devido, principalmente, à alta do preço internacional do produto e o embarque de 389,8 milhões de toneladas de minérios de ferro gerou crescimento de receita de 5,3%, nesse período.

O decréscimo das exportações de produtos semimanufaturados (-2,8%) foi causado, principalmente, pela queda nas vendas de 40,4% de açúcar de cana (US\$ 8.349,1, 3,4% da pauta total), apesar do significativo aumento de 31,6% das vendas de celulose (US\$ 5.390,3 milhões, 2,2%).

No grupo dos manufaturados, os principais produtos exportados foram: plataformas de perfuração ou de exploração de petróleo (US\$ 5.739,2 milhões, 2,4% da pauta total); produtos manufaturados (US\$ 5.175,3 milhões, 2,2%) e automóveis de passageiros (US\$ 5.141,2, 2,1%). Enquanto os dois primeiros produtos registraram crescimento nas vendas de 535% e 17,9%, respectivamente, as exportações de automóveis de passageiros retrocederam 22,9%, no período em análise, devido à crise econômica enfrentada pela Argentina, principal destino das exportações de veículos produzidos no Brasil.

A desagregação das importações brasileiras por grandes categorias econômicas (Tabela 2) revela crescimento em todos os segmentos. As compras de Bens Intermediários (57,9% do total) aumentaram 12,1%, no período em análise. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais elaborados (35,8%) e peças e acessórios para bens de capital (10,9%), com incremento nas compras de 15,9% e 8,7%, respectivamente.

O destaque, porém, foram as aquisições de Bens de Capital que aumentaram 77,2%, em 2018 frente a 2017, em virtude do expressivo incremento na conta de plataforma para extração de petróleo.

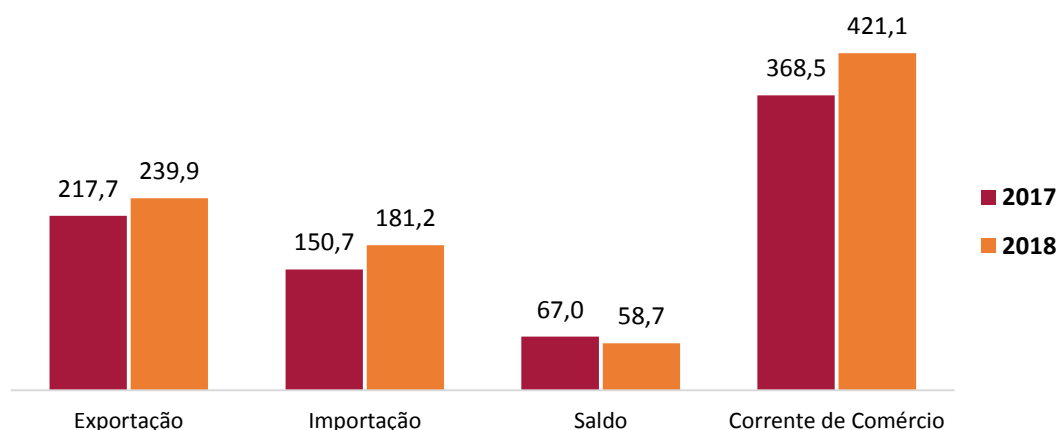
Vale ressaltar, entretanto, que tanto as exportações como as importações foram afetadas por operações de plataformas de exploração de petróleo após mudanças ocorridas no regime tributário REPETRO que concede tratamento tributário e aduaneiro especial para bens destinados ao setor de óleo e gás.

Com relação aos parceiros comerciais do País, os principais destinos das vendas externas foram: China (26,8%, soja; óleos brutos de petróleo; minérios de ferro); Estados Unidos (12,0%, produtos semimanufaturados de ferro ou aço; óleos brutos de petróleo; aviões); Argentina (6,1%, automóveis de passageiros; veículos de carga; partes e peças para veículos automóveis e tratores).

Já os principais países de origem das importações brasileiras, em 2018, foram: China (19,2%, produtos manufaturados; aparelhos transmissores ou receptores e componentes; plataformas de perfuração ou de exploração); Estados Unidos (16,0%, óleos combustíveis; produtos manufaturados; produtos básicos); e Argentina (6,1 %, veículos de carga; automóveis de passageiros; trigo em grãos).

O saldo da balança comercial brasileira segundo principais parceiros, no acumulado de 2018, registrou superavit com a China (US\$ 29.475,6 milhões) e Estados Unidos (US\$ 193,7 milhões), sendo porém deficitário com a Argentina (US\$ 3.900,2 milhões).

Gráfico 1 - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - 2018/2017 - US\$ milhões FOB

Fator agregado	2018		2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	119.306	49,7	101.063	46,4	18,1
Industrializados	117.113	48,8	111.688	51,3	4,9
Semimanufaturados	30.565	12,7	31.434	14,4	-2,8
Manufaturados	86.548	36,1	80.253	36,9	7,8
Operações especiais ⁽¹⁾	3.470	1,4	4.988	2,3	-30,4
Total	239.889	100	217.739	100	10,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

Nota: (1) As operações especiais incluem exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras e exposições, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

Tabela 2 - Brasil - Importação por fator agregado - 2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	2018		2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	28.590	15,8	16.135	10,7	77,2
Bens intermediários	104.961	57,9	93.664	62,1	12,1
Bens de consumo	25.478	14,1	23.266	15,4	9,5
Bens de consumo não duráveis	19.250	10,6	18.348	12,2	4,9
Bens de consumo duráveis	6.227	3,4	4.918	3,3	26,6
Combustíveis e lubrificantes	22.034	12,2	17.575	11,7	25,4
Bens não especificados anteriormente	169	0,1	109	0,1	54,7
Total	181.231	100	150.749	100	20,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 18.550,1 milhões no acumulado de 2018, com incremento de 10,7% em relação ao mesmo período de 2017. As importações somaram US\$ 21.675,4 milhões, aumento de 11,7%. A balança comercial da Região, portanto, acumulou déficit de US\$ 3.125,4 milhões, valor 18,1% superior ao computado no ano anterior (Gráfico 2).

A desagregação das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que, no período em análise, as vendas dos produtos básicos (29,3% da pauta nordestina) registraram crescimento de 26,0%. Destacaram-se as exportações de soja, principal produto da pauta nordestina, com 16,9% de participação. As vendas externas da oleaginosa geraram receita de US\$ 3.135,4 milhões, com incremento de 42,5%, em 2018 ante 2017. Esse expressivo crescimento foi causado, principalmente, pelo aumento da demanda chinesa pelo grão, devido à guerra comercial travada com os Estados Unidos.

Já nas exportações de semimanufaturados, as vendas dos principais produtos do grupo, celulose (US\$ 2.289,1 milhões) e produtos semimanufaturados de ferro e aço (US\$ 1.370,2 milhões) cresceram 18,9% e 27,3%, respectivamente, no período em análise. Por sua vez, as exportações de açúcar de cana (US\$ 340,1 milhões) retrocederam 35,8%, devido a elevada oferta no mercado internacional, ocasionando a redução dos preços internacionais da commodity, bem como a maior competitividade do etanol nos postos.

Os produtos manufaturados, os mais representativos da pauta de exportação da Região (41,3% de participação), registraram aumento de 4,8% das vendas externas no período em análise. Enquanto cresceram as receitas das exportações de óxidos e hidróxidos de alumínio (+30,0%) e óleos combustíveis (+57,2%), retrocederam as de automóveis de passageiros (-7,4%) e veículos de carga (-66,7%), reflexo da recessão enfrentada pela Argentina, principal destino das vendas do setor automotivo.

Os principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram quase metade das vendas externas da Região, em 2018: China (24,1%), Estados Unidos (16,3%) e Argentina (9,4%). Comparativamente a 2017, enquanto as exportações para a China e Estados Unidos cresceram 37,7% e 22,6%, respectivamente, as vendas para a Argentina recuaram 12,6%.

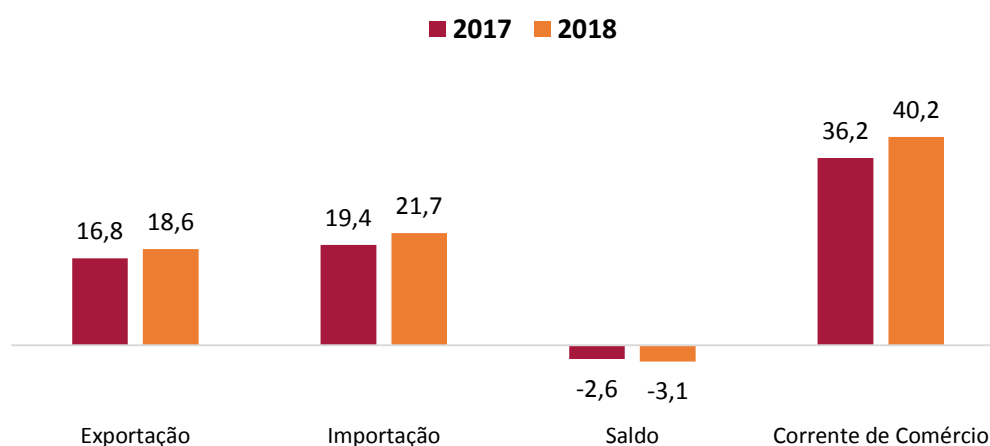
Por outro lado, a análise das importações nordestinas segundo grandes categorias econômicas (Tabela 4), mostra que os Bens Intermediários (insumos e matérias-primas) responderam por 55,8% do total das aquisições externas, registrando crescimento de 4,0% no período em análise. Produto e preparos químicos diversos (10,4% do total das importações) e nafta e demais produtos derivados do petróleo (9,7%) foram os principais itens importados dessa categoria.

As aquisições de combustíveis e lubrificantes (29,4% das importações) registraram expressivo crescimento de 37,8% em 2018 relativamente a 2017, com destaque para as compras de óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (12,1% do total importado), Demais produtos derivados do petróleo (6,6%) e gás natural liquefeito (3,5%).

Estados Unidos (30,2%), China (9,6%) e Argentina (8,9%) foram os principais países de origem das importações nordestinas em 2018. Ante 2017, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+39,3%), China (+3,6%) e Argentina (11,7%).

A balança comercial do Nordeste é superavitária com a China (+US\$ 2.388,9 milhões) e deficitária com os Estados Unidos (-US\$ 3.524,1 milhões) e Argentina (+US\$ 193,5 milhões).

Gráfico 2 - Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - 2018 e 2017 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

Tabela 3 - Nordeste - Exportação por fator agregado - 2018/2017 - US\$ milhões FOB

Fator agregado	2018		2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	5.427,4	29,3	4.306,6	25,7	26,0
Industrializados	13.014,1	70,2	12.318,7	73,5	5,6
Semimanufaturados	5.358,0	28,9	5.014,4	29,9	6,9
Manufaturados	7.656,1	41,3	7.304,3	43,6	4,8
Operações especiais	108,5	0,6	134,0	0,8	-19,0
Total	18.550,1	100,0	16.759,3	100,0	10,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA.

Nota: (1) As operações especiais incluem exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras e exposições, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

Tabela 4 - Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - 2018/2017 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	2018		2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.700,7	7,8	1.562,6	8,1	8,8
Bens intermediários	12.085,1	55,8	11.620,3	59,9	4,0
Bens de consumo	1.513,0	7,0	1.574,1	8,1	-3,9
Bens de consumo não duráveis	978,5	4,5	1.020,6	5,3	-4,1
Bens de consumo duráveis	534,5	2,5	553,5	2,9	-3,4
Combustíveis e lubrificantes	6.374,9	29,4	4.626,5	23,8	37,8
Bens não classificados	1,8	0,0	22,7	0,1	-92,3
Total	21.675,4	100,0	19.406,2	100,0	11,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA.

Maranhão. Ceará, Pernambuco e Bahia responderam por 91,0% das exportações e 92,5% das importações nordestinas em 2018. Dos estados da Região, Bahia (+US\$ 881,1 milhões), Maranhão (+US\$ 694,4 milhões), Piauí (+US\$ 563,4 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 109,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial em 2018 (Tabela 5).

A Bahia lidera o ranking dos estados exportadores nordestinos, participando com 47,4% do total das vendas externas, em 2018. As exportações somaram US\$ 8.796,2 milhões, alta de 9,1% ante 2017. Soja, principal produto da pauta, contribuiu com 17,6% do total das vendas do Estado ou US\$ 1.547,3 milhões, registrando crescimento no volume de vendas de 32,4%. Esse resultado foi devido à boa safra do grão e ao aumento da demanda chinesa que absorveu 95,1% do total das vendas do produto.

No Maranhão, as vendas ao exterior (US\$ 3.788,5 milhões) apresentaram expressivo crescimento de 24,9% em 2018 ante 2017, por conta, principalmente, do aumento das exportações de alumina calcinada (+30,0%), Soja (+39,1%) e pasta química de madeira (+17,7%). Juntos, esses produtos representaram 90,8% da pauta maranhense.

O Ceará acumulou deficit de US\$ 205,5 milhões, resultado de exportações no valor de US\$ 2.327,8 milhões (+10,7%) e de importações de US\$ 2.533,3 milhões (+13,1%). Os principais produtos exportados pela Companhia Siderúrgica do Pecém-CSP, como outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (48,5% da pauta) e produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (6,8%) já respondem por mais da metade do total das vendas externas do Estado.

Pernambuco apresentou o maior deficit comercial da Região (-US\$ 4.530,9 milhões). Esse resultado adveio das expressivas importações (US\$ 6.505,8 milhões), com destaque para óleos combustíveis (15,0% da pauta), gás propano liquefeito (14,0%) e querosene de aviação (5,1%) que aumentaram 29,1%, 109,1% e 49,9%, respectivamente, em 2018 comparativamente a 2017.

Piauí registrou a maior taxa de crescimento das exportações (+75,6%) devido à crescente participação das exportações de soja (84,5%) e de bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (5,9%) na pauta do Estado.

Em Alagoas, o principal produto exportado, açúcar de cana (57% da pauta), registrou recuo de 33,4% no valor exportado impactando negativamente no resultado final das vendas do Estado (-24,7%).

No Rio Grande do Norte, tanto as exportações (US\$ 275,5 milhões) como as importações (US\$ 166,3 milhões) retrocederam 9,5% e 5,8%, respectivamente, em 2018 frente a 2017. O principal item da pauta de exportação do Estado, melões frescos, registrou queda de 34,4%, nesse período.

A Paraíba acumulou déficit de US\$ 429,4 milhões na balança comercial, em 2018. Comparativamente a 2017, as exportações (US\$ 115,6 milhões) declinaram 17,8%, resultado da queda das vendas de calçados de borracha ou plásticos (-25,9%) e açúcares de cana (-72,8%). Por outro lado, o aumento de 34,2% nas importações (US\$ 545,0 milhões), decorreu, principalmente, do acréscimo de 478,6%, nesse período, nas compras de naftas.

O total das vendas externas de Sergipe, em 2018, somou US\$ 74,0 milhões, valor 18,6% inferior ao total registrado em 2017. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda nas vendas de calçados (-87,3%), apesar do aumento do valor exportado de suco de laranja (+15,9%). Já as importações (US\$ 192,3 milhões) cresceram 39,5%, nesse período, com destaque para os produtos trigos e misturas de trigo com centeio (+ 94,7%), diidrogeno-ortofosfato de amônio (+30,1%) e coque de petróleo não calcinado (+28,8%).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região no ano de 2018 estão discriminados nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 5 - Nordeste e Estados - Exportação, importação e saldo da balança comercial - 2018/2017 - US\$ milhões FOB

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % 2018/2017	Valor	Part. (%)	Var % 2018/2017	
Maranhão	3.788,5	20,4	24,9	3.094,1	14,3	20,9	694,4
Piauí	697,1	3,8	75,6	133,7	0,6	-61,6	563,4
Ceará	2.327,8	12,5	10,7	2.533,3	11,7	13,1	-205,5
Rio Grande do Norte	275,5	1,5	-9,5	166,3	0,8	-5,8	109,2
Paraíba	115,6	0,6	-17,8	545,0	2,5	34,2	-429,4
Pernambuco	1.974,9	10,6	0,7	6.505,8	30,0	14,2	-4.530,9
Alagoas	500,4	2,7	-24,7	589,8	2,7	-8,5	-89,4
Sergipe	74,0	0,4	-18,6	192,3	0,9	39,5	-118,3
Bahia	8.796,2	47,4	9,1	7.915,1	36,5	10,0	881,1
Nordeste	18.550,1	100,0	10,7	21.675,4	100,0	11,7	-3.125,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

Tabela 6 - Principais produtos exportados e importados - 2018 - Em %

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (43,0%), Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (26,1%), Pasta química madeira (21,7%)	Gasóleo (óleo diesel) (47,6%), Álcool etílico (15,0%), Outras gasolinas, exceto para aviação (6,9%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (84,5%), Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (5,9%), Ceras vegetais (5,4%)	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado (27,5%), Outros produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado (11,2%), Outros cloretos de potássio (8,5%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (48,5%), Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (6,8%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (4,0%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (22,9%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (9,0%), Gás natural, liquefeito (8,3%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (25,7%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (7,6%), Sal marinho (6,1%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio (37,9%), Coque de petróleo não calcinado (5,5%), Polietileno linear, densidade < 0.94, em forma primária (3,6%)
Paraíba	Calçados de borracha/plást. c/parte superior em tiras, etc. (43,7%), Ilmenita (minérios de titânio) (12,7%), Outros açúcares de cana (5,5%)	Outras naftas, exceto para petroquímica (17,8%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exc.p/ semeadura (9,6%), Outros óleos e produtos da destilação do alcatrão de hulha (5,9%)
Pernambuco	Fuel oil (18,3%), Automóveis c motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (18,2%), Gasóleo (óleo diesel) (14,7%)	Outros propanos liquefeitos (13,6%), Gasóleo (Óleo diesel) (13,4%), Outras gasolinas, exceto para aviação (5,5%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (57,3%), Outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos (35,2%), Poli (cloreto de vinila) (2,3%)	Demais produtos manufaturados (25,9%), Ácidos carboxílicos, seus anidridos, halogenetos, etc. (5,4%), Alhos comuns, frescos ou refrigerados (4,0%)
Sergipe	Suco (sumo) de laranja, não fermentado (54,1%), Outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha, plástico (8,1%), Outros açúcares de cana (4,8%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (14,6%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (13,4%), Coque de petróleo não calcinado (7,8%)
Bahia	Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (17,6%), Pasta química madeira (14,0%), Fuel oil (6,6%)	Naftas para petroquímica (24,3%), Sulfetos de minérios de cobre (9,0%), Gás natural liquefeito (6,8%)
Nordeste	Soja, mesmo triturada, exceto p/ semeadura (17,0%), Pasta química de madeira (12,1%), Alumina calcinada (9,0%)	Gasóleo (óleo diesel) (9,3%), Naftas para petroquímica (8,3%), Outros propanos liquefeitos (4,1%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME. Produtos classificados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Tabela 7 - Principais países de destino das exportações e de origem das importações - 2018 -
Em %

Estado/Região	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (25,8%), Canadá (21,1%), Estados Unidos (19,3%),	Estados Unidos (71,4%), Rússia (3,5%), Países Baixos (Holanda) (2,8%)
Piauí	China (79,3%), Alemanha (5,8%), Estados Unidos (4,0%)	China (39,8%), Estados Unidos (12,6%), Ucrânia (8,7%)
Ceará	Estados Unidos (36,9%), Coreia do Sul (7,8%), Turquia (7,5%)	China (21,7%), Estados Unidos (18,0%), Colômbia (11,5%)
Rio G. do Norte	Estados Unidos (21,8%), Países Baixos (Holanda) (17,1%), Espanha (10,3%)	Argentina (36,6%), Estados Unidos (17,5%), China (11,8%)
Paraíba	França (17,7%), Estados Unidos (13,5%), Argentina (7,8%)	Estados Unidos (37,0%), China (19,2%), Argentina (15,8%)
Pernambuco	Argentina (30,8%), Estados Unidos (15,8%), Países Baixos (Holanda) (10,0%)	Estados Unidos (40,3%), Argentina (9,5%), México (5,7%)
Alagoas	Países Baixos (Holanda) (43,5%), Argélia (13,2%), Canadá (10,2%)	China (40,8%), Estados Unidos (14,8%), Argentina (7,4%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (38,8%), Bélgica (12,4%), Turquia (6,2%)	Estados Unidos (19,6%), Argentina (14,8%), Marrocos (14,4%)
Bahia	China (32,8%), Estados Unidos (11,2%), Argentina (9,6%),	Estados Unidos (11,3%), Argentina (10,8%), Argélia (8,7%)
Nordeste	China (23,6%), Estados Unidos (15,8%), Argentina (11,0%)	Estados Unidos (28,7%), China (9,9%), Argentina (8,9%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME.

9 Balança Comercial do Agronegócio

O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro apresentou superavit de US\$ 87.648,2 milhões em 2018, resultado de exportações no valor de US\$ 101.685,8 milhões (aumento de 5,9% relativamente a 2017) e de importações de US\$ 14.037,6 milhões, (queda de 0,8% ante 2017), segundo levantamento da FUNCEX a partir dos dados da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Economia.

A participação do agronegócio representou 42,4% das vendas e 7,7% das aquisições totais externas brasileiras, no ano de 2018. São Paulo (16,1%), Mato Grosso (15,6%), Paraná (14,17%) e Rio Grande do Sul (12,0%) responderam por 57,9% das exportações enquanto São Paulo (35,1%), Santa Catarina (14,5%), Paraná (9,6%) e Rio Grande do Sul (5,3%) por 64,5% das importações do País.

Os produtos do Complexo soja (grãos, farelo e óleo de soja) participaram com 40,2% das exportações do agronegócio brasileiro, seguido de Carnes (14,5%), dos Produtos florestais (13,9%), dos Produtos do complexo sucroalcooleiro (7,2%) e de Café (4,9%). Juntos, contribuíram com 80,8% do total exportado pelo agronegócio brasileiro em 2018.

Já as principais aquisições brasileiras foram nos segmentos de Cereais, farinhas e preparações (19,9%), Produtos florestais (11,0%), Pescados (9,5%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (7,2%) e Fibras e produtos têxteis (6,4%) que totalizaram 53,9 % das importações.

A balança comercial do agronegócio nordestino apresentou saldo positivo de US\$ 5.996,1 milhões, em 2018, 25,4% maior que o saldo de 2017. As exportações atingiram US\$ 8.528,5 milhões (46,0% do total das vendas regionais), registrando incremento de 12,9% relativamente a 2017. As importações, US\$ 2.532,4 milhões, (11,7% das compras) retrocederam 8,6%, nesse período. Apenas Pernambuco (-US\$ 313,3 milhões) e Paraíba (-US\$ 92,7 milhões) apresentaram saldo negativo na balança do agronegócio estadual.

As vendas dos produtos do agronegócio nordestino contribuíram com 8,4% das exportações do agronegócio do País e as importações com 18,0%, em 2018. Bahia (52,5%), Maranhão (22,6%), Piauí (8,1%) e Ceará (6,5%) responderam, em conjunto, por 89,7% das vendas do agronegócio regional.

Os cinco principais setores da pauta exportadora do agronegócio nordestino concentraram 87,4% das vendas, em 2018. Os produtos do Complexo soja lideram as exportações do setor com 42,3% de participação, ou seja, US\$ 3.608,5 milhões de receita e embarque de 9.267,8 mil toneladas. Comparativamente a 2017, a receita aumentou 43,7% e a quantidade 35,9%. Esse bom desempenho foi devido à forte demanda chinesa como consequência da guerra comercial travada com os Estados Unidos. A Bahia foi responsável por 54,9% das vendas externas do complexo, seguida do Maranhão (27,4%) e Piauí (17,5%).

As exportações de Produtos florestais (papel e celulose) com 27,1% de contribuição, registraram crescimento de 17,5% no valor exportado, no período em análise. Bahia (64,4%) e Maranhão (35,5%) são os principais estados exportadores. Já as vendas externas de Frutas (7,2%) caíram 8,2% em 2018 ante 2017. Ceará (30,2%), Pernambuco (24,1%), Bahia (22,4%) e Rio Grande do Norte (22,0%) são os principais exportadores.

O Complexo sucroalcooleiro (Açúcar e álcool - 4,5% do agronegócio nordestino) também registrou queda nas vendas externas de 38,9% em 2018 relativamente a 2017, devido à redução dos preços internacionais do açúcar bem como à demanda interna maior de etanol e açúcar. As vendas estão concentradas em Alagoas (75,3% e Pernambuco (21,8%).

As vendas de Fibras e produtos têxteis (6,2%) cresceram 4,2%, sendo Bahia (74,1%), Maranhão (10,4%) e Ceará (6,5%) os principais estados exportadores do produto.

Por outro lado, as importações mais significativas foram em Cereais, farinhas e preparações (36,9%) e no Complexo sucroalcooleiro (21,8%). Entretanto, enquanto as aquisições de Cereais, farinhas e preparações cresceram 18,2%, as compras dos Produtos do complexo sucroalcooleiro retrocederam 28,5%, em 2018 ante 2017.

Bahia (25,5%), Pernambuco (22,9%), Maranhão (20,4%) e Ceará (15,9%) foram os principais estados importadores do agronegócio da Região.

Tabela 1 - Exportação, importação e saldo do agronegócio - 2018 - Em US\$ milhões

Brasil, Nordeste e Estados	Exportação		Importação		Saldo
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bahia	4.479,7	52,5	645,7	25,5	3.834,0
Maranhão	1.924,2	22,6	517,4	20,4	1.406,8
Ceará	557,8	6,5	401,8	15,9	156,1
Piauí	691,1	8,1	11,8	0,5	679,3
Alagoas	303,4	3,6	132,7	5,2	170,7
Pernambuco	267,7	3,1	581,0	22,9	- 313,3
Rio Grande do Norte	214,3	2,5	77,9	3,1	136,4
Paraíba	32,1	0,4	124,8	4,9	- 92,7
Sergipe	58,1	0,7	39,2	1,5	18,9
Nordeste	8.528,5	100,0	2.532,4	100,0	5.996,1
Brasil	101.685,8		14.037,6		87.648,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA e SEPEC/ME.

Tabela 2 - Principais setores exportadores e importadores do agronegócio do Nordeste - 2018

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Complexo soja (51,3%), Papel e celulose (42,7%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (2,9%)	Açúcar e álcool (89,6%), Cereais, farinhas e preparações (10,1%), Peixes, crustáceos e moluscos (0,1 %)
Piauí	Complexo soja (91,2%), Demais produtos de origem vegetal (5,4%), Produtos apícolas (2,0%)	Cereais, farinhas e preparações (79,3%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (14,9%), Couros, produtos de couro e peleteria (inclusive calçados) (5,6%)
Ceará	Frutas, nozes e castanhas (33,2%), Couros, produtos de couro e peleteria (inclusive calçados) (22,9%), Peixes, crustáceos e moluscos (11,4%)	Cereais, farinhas e preparações (57,1%), Sementes, farelas e óleos de oleaginosos (exclui soja) (12,7%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (10,3%)
Rio G. do Norte	Frutas, nozes e castanhas (63,7%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (15,0%), Peixes, crustáceos e moluscos (9,5%)	Cereais, farinhas e preparações (81,6%), Papel e celulose (5,5%), Peixes, crustáceos e moluscos (3,7%)
Paraíba	Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (36,4%), Açúcar e álcool (19,7%), Frutas, nozes e castanhas (19,6%)	Cereais, farinhas e preparações (66,1%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (12,8%), Peixes, crustáceos e moluscos (6,1%)
Pernambuco	Frutas, nozes e castanhas (55,3%), Açúcar e álcool (31,2%), Sucos de fruta (6,6%)	Cereais, farinhas e preparações (37,7%), Açúcar e álcool (10,9%), Peixes, crustáceos e molusco (6,9%)
Alagoas	Açúcar e álcool (94,8%), Complexo soja (3,5%), Fumo e seus produtos (1,3%)	Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (26,9%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (16,4%), Cereais, farinhas e preparações (15,3%)
Sergipe	Sucos de fruta (75,7%), Açúcar e álcool (6,2%), Produtos alimentícios diversos (5,9%)	Cereais, farinhas e preparações (71,3%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (9,1%), Chá, mate e especiarias (4,2%)
Bahia	Complexo soja (44,2%), Papel e celulose (33,3%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (8,8%)	Cereais, farinhas e preparações (35,5%), Cacao e seus produtos inclusive chocolate (27,1%), Sementes, farelas e óleos de oleaginosos (exclui soja) (14,6%)
Nordeste	Complexo soja (42,3%), Papel e celulose (27,1%), Frutas, nozes e castanhas (7,2%)	Cereais, farinhas e preparações (36,9%), Açúcar e álcool (21,7%), Sementes, farelas e óleos de oleaginosos (exclui soja) (7,7%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA e SEPEC/ME.

10 Finanças Públicas

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 479,7 bilhões em 2018, ante R\$ 445,7 bilhões no mesmo período de 2017, significando ganho real de 3,8%. Em função dessa expansão, a relação ICMS/PIB no País aumentou para 7,0% em 2018 ante 6,8% em 2017, conforme especificado na Tabela 1.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS alcançou R\$ 81,8 bilhões em 2018, em comparação com R\$ 74,4 bilhões em 2017, significando incremento real de 6,1% no período em análise. Considerando-se referido crescimento, a relação ICMS/PIB nessa Região atingiu 8,3% em 2018, ante 8,0% em 2017.

Verificaram-se ganhos, em termos reais, na arrecadação de ICMS nas demais regiões do País: Norte (+6,5%), Centro-Oeste (+3,8%), Sudeste (+3,0%) e Sul (+3,0%). Em consequência do incremento, a relação ICMS/PIB aumentou no Norte (para 7,8% em 2018), Centro-Oeste (6,6% em 2018) e Sudeste (para 6,5% em 2018), tendo contudo, ficado estável no Sul (7,1%).

Verifica-se uma concentração na arrecadação de ICMS em termos regionais, refletindo os desequilíbrios na distribuição espacial da base produtiva. O Sudeste respondeu por metade do ICMS arrecadado em 2018, precisamente 49,2%. A seguir, com expressiva diferença, tem-se o Sul (18,0%); Nordeste (17,0%); Centro-Oeste (9,6%); e Norte (6,2%), conforme especificado na Tabela 1.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (41,8%); Nordeste (27,5%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste.

Todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais no período em análise, sendo os mais expressivos: Piauí (+13,8%), Maranhão (+7,7%), Bahia (+7,2%), Espírito Santo (+6,4%) e Pernambuco (+6,0%). Seguiram Sergipe (+5,6%), Rio Grande do Norte (+5,4%), Alagoas (+5,1%), Paraíba (+4,7%), Ceará (+1,8%) e Minas Gerais (+1,4%), conforme especificado na Tabela 1.

Bahia (R\$ 23,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 15,9 bilhões) e Ceará (R\$ 12,0 bilhões) responderam por 62,9% do total arrecadado com ICMS no Nordeste em 2018. Tem-se, a seguir, Maranhão (R\$ 7,0 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 5,7 bilhões) e Paraíba (R\$ 5,6 bilhões). Em conjunto, referidos estados responderam por 22,3% do total obtido no Nordeste, no período em análise. Piauí (R\$ 4,5 bilhões), Alagoas (R\$ 4,0 bilhões) e Sergipe (R\$ 3,5 bilhões) ficaram com 14,8% do total coletado na Região.

A relação ICMS/PIB incrementou em todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, cabendo mencionar o Piauí (para 9,5% em 2018), seguido por Paraíba (para 8,9% em 2018), Pernambuco (para 8,8% em 2018), Rio Grande do Norte (para 8,6% em 2018), Espírito Santo (para 8,5% em 2018), Bahia (para 8,4% em 2018), Sergipe (para 8,3% em 2018), Minas Gerais (para 8,3% em 2018), Ceará (para 8,0% em 2018), Alagoas (para 7,5% em 2018) e Maranhão (para 7,2% em 2018).

A relação ICMS/PIB tem sido maior em todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, em comparação com a média nacional, conforme especificado na Tabela 1.

Em resumo, verifica-se uma retomada da arrecadação de ICMS no Nordeste, com os valores coletados aproximando-se daqueles obtidos em 2014. Registre-se que o recolhimento do mencionado tributo nessa Região havia declinado 3,9% em 2015 e caído 2,0% em 2016, ambos em termos reais. Em 2017, ocorreu crescimento real de 3,2%. Cabe mencionar, contudo, expressivas variações entre as Unidades Federativas.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS - 2017 e 2018 - R\$ Milhões

Estados/Região/País	2017	Part.%	2018	Part.%	Var.%	Var. Real %	ICMS/PIB 2017 - %	ICMS/PIB 2018 - %
Alagoas	3.676,9	0,8	4.006,7	0,8	9,0	5,1	7,3	7,5
Bahia	21.208,5	4,8	23.568,2	4,9	11,1	7,2	7,9	8,4
Ceará	11.354,2	2,5	11.979,0	2,5	5,5	1,8	7,9	8,0
Maranhão	6.290,6	1,4	7.022,3	1,5	11,6	7,7	6,9	7,2
Paraíba	5.187,1	1,2	5.630,0	1,2	8,5	4,7	8,6	8,9
Pernambuco	14.466,4	3,2	15.900,3	3,3	9,9	6,0	8,3	8,8
Piauí	3.802,4	0,9	4.487,1	0,9	18,0	13,8	8,5	9,5
Rio G. do Norte	5.190,1	1,2	5.672,1	1,2	9,3	5,4	8,4	8,6
Sergipe	3.201,6	0,7	3.506,2	0,7	9,5	5,6	8,0	8,3
Nordeste	74.377,7	16,7	81.772,0	17,0	9,9	6,1	8,0	8,3
Norte	26.993,9	6,1	29.815,0	6,2	10,5	6,5	7,5	7,8
Sudeste	220.764,1	49,5	235.805,2	49,2	6,8	3,0	6,4	6,5
Minas Gerais	46.672,3	10,5	49.064,5	10,2	5,1	1,4	8,2	8,3
Espírito Santo	9.262,6	2,1	10.214,2	2,1	10,3	6,4	8,2	8,5
Sul	80.900,7	18,2	86.400,4	18,0	6,8	3,0	7,1	7,1
Centro-Oeste	42.616,8	9,6	45.871,8	9,6	7,6	3,8	6,4	6,6
Brasil	445.653,2	100,0	479.664,2	100,0	7,6	3,8	6,8	7,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e LCA Consultores.

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos.

Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE totalizou R\$ 71,5 bilhões no Brasil em 2018, ante R\$ 66,7 bilhões em 2017, conforme especificado na Tabela 2. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +3,4%.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 37,3 bilhões em 2018, em comparação com R\$ 34,9 bilhões em 2017, representando aumento real de +3,2%. Portanto, o Nordeste recebeu 52,2% do FPE nacional em 2018.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPE em 2018, em comparação com os valores de 2017, ocorrendo variações entre +2,8% (Sergipe e Rio Grande do Norte) e +3,7% (Alagoas). Bahia (R\$ 6,7 bilhões), Ceará (R\$ 5,2 bilhões), Maranhão (R\$ 5,1 bilhões) e Pernambuco (R\$ 4,9 bilhões) absorveram 58,7% do FPE destinado ao Nordeste em 2018. Seguiram Paraíba (R\$ 3,4 bilhões), Piauí (R\$ 3,1 bilhões), Alagoas (R\$ 3,0 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,9 bilhões) e Sergipe (R\$ 2,9 bilhões), representando 41,3% do FPE destinado à Região.

O FPM no País somou R\$ 83,0 bilhões em 2018, em comparação com R\$ 77,6 bilhões em 2017 (Tabela 1). O crescimento real foi de +3,1%. O FPM para o Nordeste somou R\$ 29,3 bilhões em 2018, ante R\$ 27,6 bilhões em 2017, significando crescimento real de +2,7%. As variações oscilaram entre -1,8% (Alagoas) e +5,9% (Sergipe). Bahia (R\$ 7,6 bilhões), Ceará (R\$ 4,1 bilhões), Pernambuco (R\$ 4,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,5 bilhões) absorveram 65,9% do FPM destinado ao Nordeste em 2018. Seguiram Paraíba (R\$ 2,6 bilhões), Piauí (R\$ 2,2 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,1 bilhões), Alagoas (R\$ 1,9 bilhão) e Sergipe (R\$ 1,2 bilhão), representando 34,1% do FPM destinado à Região.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste, à exceção de Alagoas, obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPM em 2018, em comparação com 2017. A perda real de 1,8% em Alagoas ocorreu em função do aumento da renda per capita desse Estado, sendo esse um dos indicadores usados para a distribuição dos recursos.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 8,3 bilhões no País em 2018, ante R\$ 7,8 bilhões em 2017, aumento de +3,1% em termos reais no período. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou R\$ 3,9 bilhões em 2018, em comparação com R\$ 3,7 bilhões em 2017, não apresentando crescimento real no período em análise. Maceió (-17,2%) e Salvador (-6,9%) tiveram reduções em seus valores, em função do crescimento de suas respectivas rendas per capita. Em Aracaju (+16,4%) verificou-se expressivo crescimento.

Fortaleza (R\$ 715 milhões), Salvador (R\$ 644 milhões), Recife (R\$ 451 milhões), São Luís (R\$ 447 milhões) e Teresina (R\$ 447 milhões) receberam 69,2% do FPM para as capitais do Nordeste em 2018. Seguiram Alagoas (R\$ 358 milhões), João Pessoa (R\$ 286 milhões), Natal (R\$ 258 milhões) e Aracaju (R\$ 258 milhões), com 30,8% dos recursos destinados para as capitais do Nordeste.

As Outras Transferências alcançaram R\$ 44,7 bilhões em 2018, ante R\$ 41,7 bilhões em 2017 (Tabela 2), implicando em crescimento real de 3,4%. No Nordeste, referidas transferências somaram R\$ 16,8 bilhões em 2018, em contraste com R\$ 15,8 bilhões em 2017, representando crescimento real de 2,4%, com variações oscilando de +1,0% (Bahia) a +3,5% (Pernambuco).

Bahia (R\$ 3,7 bilhões), Ceará (R\$ 2,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,3 bilhões), Maranhão (R\$ 2,2 bilhões) absorveram 62,5% das Outras Transferências destinadas para o Nordeste em 2018. Seguiram Paraíba (R\$ 1,5 bilhão), Piauí (R\$ 1,3 bilhão), Alagoas (R\$ 1,2 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,2 bilhão) e Sergipe (R\$ 1,0 bilhão), representando 37,5% do FPE destinado à Região.

Tabela 2 - Transferências Fiscais - Brasil, Nordeste e Estados - R\$ Milhões

Estados/Região/País	FPE		FPM		FPM Capitais		Outras Transferências ¹		Previsões 2019		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	2.796	3.005	1.854	1.887	417	358	1.155	1.211	3.181	1.987	374
Bahia	6.233	6.663	7.237	7.631	667	644	3.581	3.749	7.010	8.040	674
Ceará	4.867	5.196	3.861	4.130	667	715	2.184	2.336	5.465	4.350	749
Maranhão	4.802	5.128	3.228	3.492	417	447	2.049	2.180	5.405	3.677	468
Paraíba	3.177	3.403	2.439	2.608	267	286	1.383	1.473	3.563	2.749	300
Pernambuco	4.572	4.894	3.822	4.088	420	451	2.120	2.275	5.167	4.306	472
Piauí	2.877	3.087	2.064	2.209	417	447	1.234	1.313	3.262	2.326	468
Rio Grande do Norte	2.775	2.959	1.925	2.059	240	258	1.166	1.236	3.147	2.169	270
Sergipe	2.756	2.938	1.132	1.243	213	258	969	1.037	3.111	1.309	270
Nordeste	34.856	37.274	27.562	29.345	3.725	3.863	15.840	16.810	39.310	30.913	4.044
Espírito Santo	1.026	1.121	1.366	1.483	120	143	834	875	1.184	1.609	180
Minas Gerais	2.967	3.214	10.197	10.904	400	429	3.904	4.207	3.383	11.496	449
Brasil	66.658	71.481	77.635	83.011	7.763	8.301	41.663	44.670	75.322	87.583	8.758

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN e Banco Central do Brasil.

Nota: (1) Outras Transferências incluem: IOF – Ouro, Imposto Territorial Rural, CIDE combustíveis e Fundo de compensação pela Exportação de Produtos Industrializados.

O quadro financeiro das Unidades Federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Grau de Endividamento dos Estados (GRE)”. O GRE corresponde à Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de uma determinada Unidade Federativa (Estado, Região ou País).

A Dívida Consolidada Líquida, por sua vez, compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes, deduzidos alguns itens.

A RCL do Brasil aumentou para R\$ 644,4 bilhões em 2018, ante R\$ 604,9 bilhões em 2017, representando incremento real de 2,8% no período em análise. Nesse mesmo intervalo de tempo, ocorreu aumento real de 6,1% na DCL do País, para R\$ 787,4 bilhões em 2018, em contraste com R\$ 715,7 bilhões em 2017, conforme especificado na Tabela 3.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o GRE médio do Brasil alcançou 1,22 em 2018, ante 1,18 em 2017 (Tabela 3). A variação no grau de endividamento nacional foi puxada pelo aumento do GRE no Sul (para 1,22, o segundo maior entre as regiões brasileiras). No Sul, a DCL cresceu 17,5% em termos reais, enquanto a RCL cresceu apenas 2,0%. O GRE no Sudeste (1,88) também incrementou no período, sendo este indicador o mais alto entre as regiões do País.

Por outro lado, o GRE do Norte (0,26, o menor entre as regiões) e o do Centro-Oeste (0,60, o terceiro menor em termos regionais) diminuíram em 2018 (Tabela 3).

Especificamente no Nordeste, verificou-se aumento de 6,8% em seu nível de endividamento, para 0,54 em 2018 ante 0,51 em 2017. O GRE nordestino permanece sendo o segundo menor entre as regiões do País. A dívida saltou para R\$ 70,7 bilhões em 2018 ante R\$ 62,2 bilhões em 2017, significando variação real de +9,8% nesse período. A receita, por sua vez, aumentou para R\$ 130,3 bilhões em 2018, em contraste com R\$ 122,3 bilhões em 2017, representando aumento real de 2,8% (Tabela 3).

Registre-se que o Sudeste concentrou 68,6% da dívida e 44,6% da receita do País em 2018, enquanto que as participações do Sul foram (15,2% em termos de dívida e 15,2% quanto à receita). Referidas regiões foram as únicas a apresentar um montante de dívida superior em comparação com os valores monetários das respectivas receitas. O inverso verificou-se nas demais regiões. Seguem as participações dessas regiões: Nordeste (9,0% de dívida e 20,2% de receita); Centro-Oeste (5,3% e 10,7%); e Norte (2,0% e 9,2%).

Quanto às Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, um total de seis apresentaram aumentos reais em suas respectivas dívidas: Ceará (+29,8%), Maranhão (+27,0%), Espírito Santo (+17,3%), Bahia (+14,7%), Paraíba (+13,8%) e Pernambuco (+3,5%). Sergipe obteve a redução mais expressiva (-17,9%), seguido por Alagoas (-6,1%), Piauí (-0,5%) e Minas Gerais (-0,1), de acordo com os dados da Tabela 3. Até o presente, os dados do Rio Grande do Norte não foram divulgados.

Com exceção de Minas Gerais (-1,5%), os demais Estados pertencentes à área de atuação do BNB registraram aumento real de receita no período em análise. Os mais expressivos incrementos ocorreram no Espírito Santo (+7,3%), Alagoas (+4,6%), Ceará (+4,1%), Piauí (+4,0%), seguidos por Pernambuco (+3,7%), Sergipe (+3,3%), Bahia (+3,0%), Maranhão (+2,5%) e Paraíba (+1,4%). Os dados do Rio Grande do Norte não foram disponibilizados.

Pernambuco manteve seu endividamento estável em 0,61, enquanto que Paraíba (0,32), Maranhão (0,54), Ceará (0,57) e Bahia (0,64) incrementaram seus respectivos níveis de endividamento, considerando que suas dívidas cresceram em um ritmo mais acelerado em comparação com o incremento de suas receitas. Por outro lado, Piauí (0,39), Sergipe (0,46) e Alagoas (0,86) obtiveram reduções nos níveis de endividamento, vide Tabela 3.

Tabela 3 - Dívida consolidada líquida, receita corrente líquida e grau de endividamento

Estado/Região/País	DCL		RCL		GRE	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Alagoas	7.000	6.816	7.349	7.965	0,95	0,86
Bahia	17.229	20.494	29.953	31.980	0,58	0,64
Ceará	8.146	10.957	17.779	19.186	0,46	0,57
Maranhão	5.487	7.223	12.537	13.317	0,44	0,54
Paraíba	2.641	3.115	9.131	9.593	0,29	0,32
Pernambuco	13.176	14.134	21.512	23.132	0,61	0,61
Piauí	3.288	3.392	8.006	8.634	0,41	0,39
Rio Grande do Norte	1.205	1.205	9.112	9.112	0,13	0,13
Sergipe	3.993	3.400	6.885	7.371	0,58	0,46
Nordeste	62.165	70.736	122.264	130.291	0,51	0,54
Norte	16.182	15.617	55.791	59.507	0,29	0,26
Sudeste	499.379	539.809	269.122	287.414	1,86	1,88
Minas Gerais	102.815	106.509	55.174	56.345	1,86	1,89
Espírito Santo	2.114	2.571	12.193	13.567	0,17	0,19
Sul	98.244	119.615	92.792	98.143	1,06	1,22
Centro-Oeste	39.682	41.600	64.891	69.003	0,61	0,60
Brasil	715.652	787.376	604.860	644.359	1,18	1,22

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

Nota: DCL = Dívida Consolidada Líquida; RCL = Receita Corrente Líquida e GRE = Grau de Endividamento. Os dados de 2018 referem-se ao segundo quadrimestre.

O quadro financeiro e fiscal das brasileiro tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Índice de Dependência Financeira (IDF)”.

O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL).

As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para Estados e Municípios.

Já a Receita Corrente Líquida corresponde à arrecadação obtida pela própria Unidade Federativa e às Transferências Correntes (legais e discricionárias). O IDF comprova as desigualdades regionais que ainda persistem no Brasil.

O IDF mostra a capacidade de um ente federativo em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência desse ente em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

O Sudeste concentrou 44,6% da RCL do País em 2018. Com grande diferença seguiram o Nordeste (20,2%), Sul (15,3%), Centro-Oeste (10,7%) e Norte (9,2%), conforme especificado na Tabela 4.

Por outro lado, o Nordeste obteve 43,3% das Transferências da União em 2018, Com expressiva diferença seguiram o Sudeste (20,6%), Norte (16,5%), Sul (12,2%) e Centro-Oeste (7,4%).

O IDF Nacional manteve-se em 0,25 em 2018, significando que o nível médio de dependência do conjunto das Unidades Federativas em relação às Transferências da União não se alterou. Cabe ressaltar que as transferências federais aumentaram +7,2%, com o FPE incrementando 7,2%, e o FPM 6,9%. As Transferências Discricionárias, por sua vez, declinaram 24,9%. As receitas correntes líquidas subiram +6,5% no País, conforme especificado na Tabela 4.

A única Região em que o Índice de Dependência Financeira obteve leve recuo, quando se compara 2018 com 2017, foi o Nordeste, para 0,53 em 2018 ante 0,54 em 2017. Nas demais regiões, verificou-se estabilidade no período em análise.

Atualmente, o Sudeste conta com o menor IDF (0,12), sendo, portanto a Região com o menor grau de dependência das Transferências da União. A arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 88,0% da receita obtida por essa Região nos anos analisados. Seguem os índices as demais regiões: Centro-Oeste (0,17), Sul (0,20) e Norte (0,44).

O Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das transferências federais, tendo o IDF alcançado 0,53 em 2018. Em outros termos, a arrecadação auferida no próprio Nordeste significou apenas 47% da receita realizada por essa Região no período em referência, quando a média nacional é 75%.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, cinco Estados apresentaram redução no indicador IDF em 2018, ou seja, reduzindo as respectivas dependências de recursos federais: Alagoas (0,65), Piauí (0,63), Ceará (0,51), Bahia (0,47) e Espírito Santo (0,20). Pernambuco ficou com o mesmo nível de dependência (0,41), enquanto os demais registraram acréscimos: Maranhão (0,66), Paraíba (0,66), Sergipe (0,59), Rio Grande do Norte (0,57) e Minas Gerais (0,20).

No comparativo entre os Estados, Minas Gerais (0,20) e Espírito Santo (0,20) possuem os menores IDF dentre os Estados pertencentes à área de atuação do BNB. Pernambuco (0,41) apresentou o menor IDF do Nordeste em 2018, seguido por Bahia (0,47) e Ceará (0,51), que são os únicos Estados com indicador abaixo da média da Região (0,53), porém, consideravelmente acima da média nacional (0,25).

A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária.

As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

Tabela 4 - Índice de Dependência Financeira - 2017 e 2018 - Valores em R\$ Milhões

Estado/Região	RCL		FPE		FPM		TD		IDF	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Alagoas	7.349	7.965	2.796	3.005	1.854	1.887	372	249	0,68	0,65
Bahia	29.953	31.980	6.233	6.663	7.237	7.631	925	657	0,48	0,47
Ceará	17.779	19.186	4.867	5.196	3.861	4.130	774	537	0,53	0,51
Maranhão	12.537	13.317	4.802	5.128	3.228	3.492	169	123	0,65	0,66
Paraíba	9.131	9.593	3.177	3.403	2.439	2.608	327	345	0,65	0,66
Pernambuco	21.512	23.132	4.572	4.894	3.822	4.088	519	425	0,41	0,41
Piauí	8.006	8.634	2.877	3.087	2.064	2.209	163	153	0,64	0,63
Rio G. do Norte	9.112	9.112	2.775	2.959	1.925	2.059	332	137	0,55	0,57
Sergipe	6.885	7.371	2.756	2.938	1.132	1.243	114	151	0,58	0,59
Nordeste	122.264	130.291	34.856	37.274	27.562	29.345	3.695	2.776	0,54	0,53
Norte	55.791	59.507	16.970	18.274	6.805	7.375	986	732	0,44	0,44
Sudeste	269.122	287.414	5.721	6.184	24.200	25.899	1.736	985	0,12	0,12
Minas Gerais	55.174	56.345	2.967	3.214	10.197	10.904	433	260	0,25	0,26
Espírito Santo	12.193	13.567	1.026	1.121	1.366	1.483	116	65	0,21	0,20
Sul	92.792	98.143	4.303	4.592	13.529	14.467	569	429	0,20	0,20
Centro-Oeste	64.891	69.003	4.809	5.157	5.540	5.925	619	791	0,17	0,17
Brasil	604.860	644.359	66.658	71.481	77.635	83.011	7.605	5.713	0,25	0,25

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: RCL é a abreviatura de Receita Corrente Líquida. FPE de Fundo de Participação dos Estados. FPM de Fundo de Participação dos Municípios, TD de Transferências Discricionárias e IDF.

11 Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu o montante de R\$ 3.260,2 bilhões ao final de 2018, implicando crescimento de 5,5% quando comparado com 2017, gerando inflexão no mercado de crédito, após resultados negativos em 2016 e 2017, conforme especificado no Gráfico 1. Nesse cenário, a relação crédito/PIB atingiu 47,4%, conforme dados divulgados pelo Banco Central-BACEN.

O saldo da carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.790,9 bilhões em dezembro de 2018. A expansão do crédito das famílias (+8,6%) em 2018, contribuiu, em grande medida, para o aumento da carteira de crédito total no País, haja vista que o saldo das operações de crédito da pessoa jurídica, de R\$ 1.469,1 bilhões em 2018, avançou apenas 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segundo a recente publicação “Estatísticas Monetárias e de Crédito” do BACEN, o incremento do crédito vem sendo impulsionado pelas instituições privadas, com crescimento de 12,4% em 2018. Por outro lado, o segmento público registrou queda de 0,5% no saldo em 2018. A participação do crédito concedido pelas instituições privadas alcançou 49% (ante 46% ao final de 2017), enquanto a parcela do sistema público declinou de 54% para 51% em 2018.

Ainda de acordo com o BACEN, o Indicador de Custo de Crédito (ICC), que representa a média do custo financeiro de toda a carteira do sistema financeiro, encerrou 2018 em 20,5% a.a., que significa queda de 0,8 p.p. no ano, menor valor desde maio de 2015. A taxa média de juros das operações de crédito, ao final de 2018, alcançou 23,3% a.a., continuando trajetória de queda (-2,3 p.p. em 2018), grande parte em decorrência da queda de 4,7 p.p. na carteira de recursos livres. Para a modalidade de pessoa física, vale destacar o declínio nas taxas de juros das operações de cartão de crédito rotativo não regular (-97,4 p.p.), cheque especial (-10,4 p.p.), cartão de crédito parcelado (-10,3 p.p.) e não consignado (-6 p.p.). Ainda neste contexto, o spread bancário referente às contratações totais reduziu-se 1,9 p.p. no ano de 2018, atingindo 17 p.p. em dezembro de 2018.

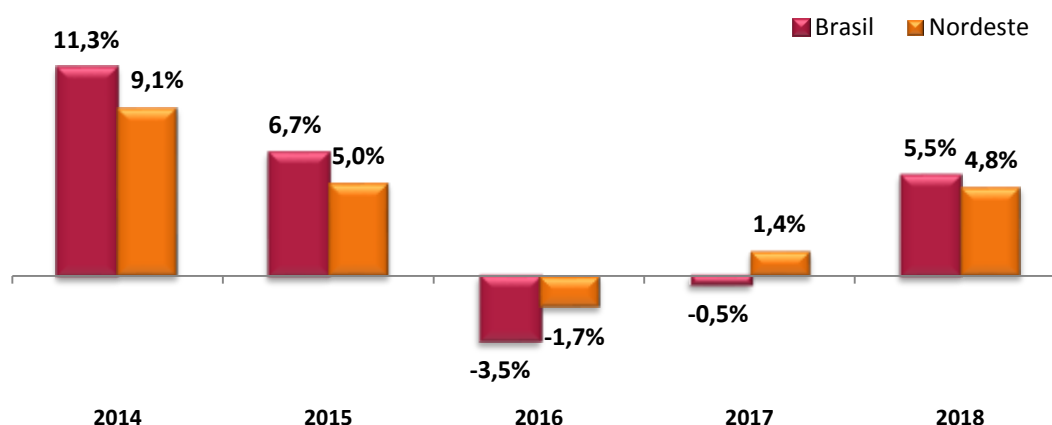
Em nível regional, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, diferentemente do mercado de crédito em 2017, verificou-se expansão no saldo de empréstimos e financiamentos em todas as regiões em 2018, com destaque para o Centro-Oeste (+9,3%, saldo de R\$ 370,8 bilhões), Sul (+8,9%, saldo de R\$ 615,3 bilhões) e Norte (+7,8%, R\$ 128,2 bilhões), vide Tabela 1.

Especificamente no Nordeste, o saldo de crédito alcançou R\$ 422,8 bilhões ao final de 2018, representando elevação de 4,8%, quando comparado a 2017 (Tabela 1). A performance positiva no mercado de crédito do Nordeste decorreu, fundamentalmente, em razão do crescimento de 9,8% do crédito destinando às pessoas físicas, especificamente direcionado para consumo e equacionamento de dívidas. De forma contrária, o crédito para as pessoas jurídicas, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), registrou recuo de 4,1%.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, o saldo das operações de crédito foi crescente em todos os Estados, com destaque para Paraíba (+7,7%) e Bahia (+7,5%), que superaram o desempenho do Brasil. Seguem Espírito Santo (5,2%), Rio Grande do Norte (5,0%), Maranhão (4,1%), Alagoas (4,0%), Pernambuco (3,9%), Minas Gerais (3,6%), Sergipe (3,4%), Piauí (2,7%) e Ceará (2,1%).

A taxa de inadimplência regional encerrou 2018 em 3,21%, com destaque para Minas Gerais (2,48%), Ceará (2,72%) e Piauí (2,82%), que apresentaram inadimplências abaixo da média regional (3,21%) e nacional (2,87%).

Gráfico 1 - Saldo de crédito no Brasil e Nordeste - Variação Anual (%) - 2014 a 2018



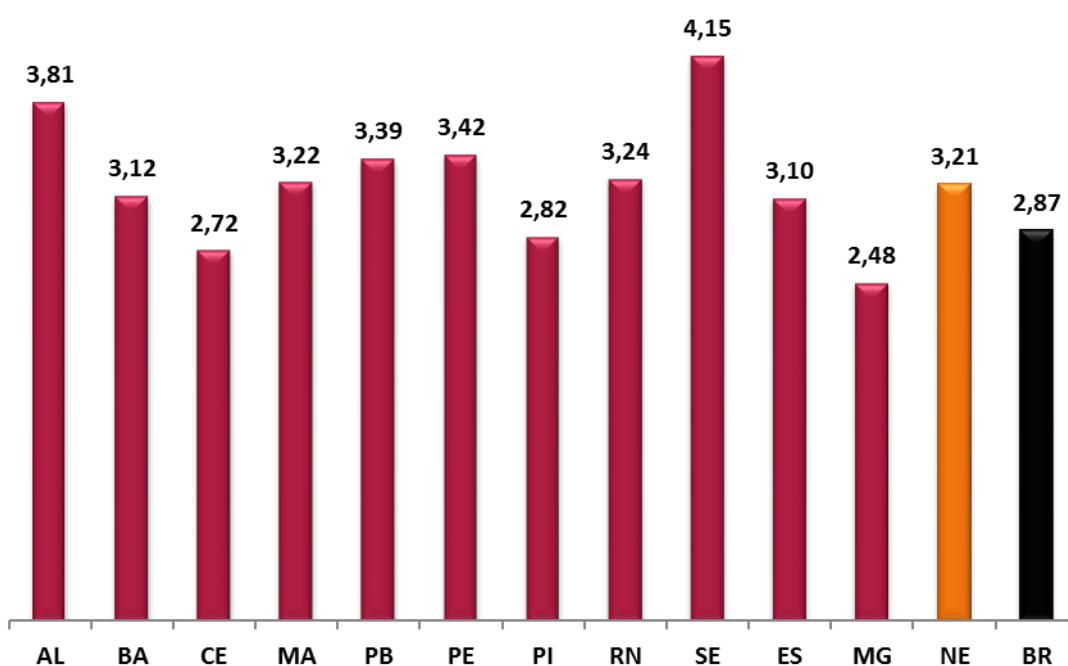
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Tabela 1 - Saldo de crédito no Brasil e regiões - Variação Anual (%) - 2014 a 2018

País/Região	2015	2016	2017	2018
Brasil	6,7%	-3,5%	-0,5%	5,5%
Nordeste	5,0%	-1,7%	1,4%	4,8%
Sudeste	8,1%	-4,8%	-1,9%	4,2%
Norte	4,6%	-2,2%	2,4%	7,8%
Sul	3,3%	-0,5%	2,1%	8,9%
Centro Oeste	8,3%	-0,8%	3,1%	9,3%

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 2 - Inadimplência - Brasil, Nordeste e Estados da Área de Atuação do BNB - % em dezembro de 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

12 Índices de Preços

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2018 com 3,75% de variação, acima dos 2,95% registrados em 2017. O índice de 2018 foi influenciado, especialmente, pelas despesas com produtos e serviços dos grupos Habitação (4,72%), Transportes (4,19%) e Alimentação e bebidas (4,04%), conforme detalhado na Tabela 1. Em conjunto, referidos grupos contribuíram com 66% do IPCA, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além dos grupos anteriores, Educação (5,32%), Saúde e cuidados pessoais (3,95%) contribuíram de forma positiva no índice de 2018: Artigos de residência (3,74%), Despesas pessoais (2,98%) e Vestuário (0,61%). O grupo Comunicação (-0,09%), por sua vez, apresentou taxa negativa.

Quanto às capitais pesquisadas no País (16 no total), as maiores variações do IPCA em 2018 foram registradas em Porto Alegre (4,62%), Rio de Janeiro (4,30%), Vitória (4,19%) e Salvador (4,04%), enquanto que as menores foram verificadas em quatro capitais do Nordeste: Fortaleza (2,90%), Recife (2,84%), São Luís (2,65%) e Aracaju (2,64%).

A variação do IPCA Nordeste, calculado pelo BNB/ETENE, alcançou 3,40% em 2018, ante 2,55% em 2017. Os grupos Educação (6,13%), Habitação (3,95%), Transportes (3,90%), Saúde e cuidados pessoais (3,73%), Alimentação e Bebidas (3,51%), Artigos de residência (3,38%), Despesas pessoais (2,49%) e Vestuário (1,11%) contribuíram para a elevação do índice. Por outro lado, Comunicação (-0,17%) foi o único grupo a registrar deflação (Tabela 1).

Tabela 1 - Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil e Nordeste - Em %

IPCA - Grupo Pesquisado	2014		2015		2016		2017		2018	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58	4,04	3,51
Habitação	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00	4,72	3,95
Artigos de Residência	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23	3,74	3,38
Vestuário	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31	0,61	1,11
Transportes	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,10	5,54	4,19	3,90
Saúde e Cuidados Pessoais	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59	3,95	3,73
Despesas Pessoais	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86	2,98	2,49
Educação	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03	5,32	6,13
Comunicação	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63	-0,09	-0,17
Geral	6,40	6,00	10,70	10,40	6,29	7,19	2,95	2,55	3,75	3,40

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O IPCA de Salvador (4,04% em 2018) foi influenciado pelas variações nos grupos Educação (5,58%), Habitação (5,36%) e Artigos de residência (5,23%), além de Alimentação e bebidas (4,82%) e Transportes (4,46%), de acordo com a Tabela 2.

Em Fortaleza a inflação atingiu 2,90% em 2018, verificando-se variações nos grupos Educação (7,55%), Transporte (4,09%) e Saúde e cuidados pessoais (3,88%), além de Alimentação e bebidas (2,83%) e Artigos de residência (2,55%), vide Tabela 2.

Quanto a Recife, a inflação de 2,84% foi puxada pelas variações nos grupos Educação (6,06%), Saúde e cuidados pessoais (4,81%), Alimentação e bebidas (3,17%), além de Artigos de residência (3,05%) e Despesas pessoais (2,97%), conforme especificado na Tabela 2.

Em São Luís, o IPCA alcançou 2,65% em 2018. Os grupos Vestuário (6,84%), Habitação (6,83%) e Transporte (3,10%), registraram as maiores altas.

O IPCA de Aracaju (2,64% em 2018) foi influenciado pelas variações nos grupos Transporte (7,29%), Vestuário (3,27%) e Habitação (2,76%), conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nas Capitais do Nordeste

IPCA - Grupo Pesquisado	São Luís	Aracaju	Fortaleza	Recife	Salvador
Alimentação e Bebidas	1,23	2,04	2,83	3,17	4,82
Habitação	6,83	2,76	2,39	2,23	5,36
Artigos de Residência	0,62	-0,49	2,55	3,05	5,23
Vestuário	6,84	3,27	-0,44	0,90	0,43
Transportes	3,10	7,29	4,09	1,63	4,46
Saúde e Cuidados Pessoais	0,37	1,02	3,88	4,81	3,35
Despesas Pessoais	2,15	2,35	2,10	2,97	2,35
Educação	0,84	0,27	7,55	6,06	5,58
Comunicação	0,21	-0,08	-0,29	-0,16	-0,19
Índice Geral	2,65	2,64	2,90	2,84	4,04

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

13 Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais aumentou 1,0% no Brasil em dezembro de 2018, tendo crescido apenas 0,5% no acumulado de 2018, conforme especificado na Tabela 1, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Em termos regionais, o Norte (-3,0%) e o Nordeste (-2,5%) apresentaram recuos nos preços das respectivas cestas básicas em 2018. Por outro lado, o Sudeste obteve o crescimento mais expressivo (+2,4%), seguido pelo Sul (+0,9%) e Centro-Oeste (+0,1%), na mesma base de comparação (Tabela 1).

Em termos de valores monetários, a cesta mais cara permanece sendo a do Sudeste (R\$ 467,82), seguida do Sul (R\$ 441,37) e a do Brasil (R\$ 422,70). Tem-se na sequência Centro-Oeste (R\$ 420,81), Norte (R\$ 382,30) e Nordeste (R\$ 358,31), que permanece com a cesta mais barata do País. Referidos valores estão detalhados na Tabela 1.

No acumulado de 2018, nenhuma capital do Nordeste apresentou incremento da cesta básica. As maiores reduções ocorreram em Salvador (-3,7%) e João Pessoa (-3,3%). Seguiram: Aracaju (-1,9%), Recife (-1,9%), São Luís (-1,9%), Natal (-1,5%) e Fortaleza (-1,3%).

Em termos de valores monetários, em dezembro de 2018, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi apurado em São Paulo (R\$ 471,44), seguido por Rio de Janeiro (R\$ 466,75), Porto Alegre (R\$ 464,72) e Florianópolis (R\$ 457,82). Os menores valores médios foram observados em Recife (R\$ 340,57), Natal (R\$ 341,40) e Salvador (R\$ 343,82).

Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 397,34). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 10,9% maior que o valor da cesta regional (R\$ 358,31), além de superar em 16,67% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Recife (R\$ 340,57). Os custos da cesta nas demais capitais nordestinas em dezembro de 2018 foram: Aracaju (R\$ 358,75), São Luís (R\$ 353,40), João Pessoa (R\$ 345,21), Salvador (R\$ 343,82), Natal (R\$ 341,40) e Recife (R\$ 340,57).

Vale ressaltar que, além do Brasil (-7,5%), todas as regiões apresentaram recuo nos respectivos preços das cestas básicas em 2017: Norte (-7,8%), Centro-Oeste (-7,5%), Sudeste (-5,1%), Sul (-3,7%) e Nordeste (-2,8%).

Por outro lado, é importante mencionar que, em 2016, as cestas básicas regionais apresentaram substanciais aumentos: Centro-Oeste (+22,4%), Nordeste (+20,3%), Sudeste (+19,9%), Norte (+18,6%) e Sul (+17,1%), mesma tendência verificada no Brasil (+19,9%). Assim, os declínios de preços nas cestas verificados em 2018 e em 2017 não foram suficientes para compensar o incremento ocorrido em 2016.

Tabela 1 - Valor (R\$) e variações (%) da cesta básica no Brasil e Regiões

Valor da Cesta Básica (R\$)						
Período	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2017	Jan	412,96	400,12	371,71	412,91	424,69
	Fev	401,18	383,66	363,84	400,82	411,62
	Mar	406,35	381,03	369,89	402,73	413,33
	Abr	418,14	383,84	381,34	412,57	433,55
	Mai	418,04	386,29	375,15	409,15	430,81
	Jun	405,88	378,27	372,65	397,60	418,09
	Jul	407,38	372,56	370,60	396,33	425,04
	Ago	393,81	365,26	354,63	385,99	413,53
	Set	384,82	361,36	339,66	375,45	404,91
	Out	388,19	356,48	337,28	378,49	414,18
	Nov	382,76	351,00	335,76	373,07	409,62
	Dez	384,43	351,20	338,05	372,78	400,27
2018	Jan	403,80	360,74	358,66	397,15	421,56
	Fev	401,81	366,09	358,83	391,10	412,86
	Mar	399,66	361,82	350,06	389,91	417,45
	Abr	396,86	362,90	344,69	388,78	412,03
	Mai	401,58	361,70	350,69	393,46	418,26
	Jun	408,56	373,47	357,58	397,83	429,50
	Jul	393,21	357,58	346,31	381,37	411,04
	Ago	388,50	360,22	338,84	376,85	406,16
	Set	388,21	359,51	335,74	379,03	407,04
	Out	402,37	361,69	347,35	392,91	428,54
	Nov	418,38	372,23	355,36	411,59	439,08
	Dez	422,70	382,30	358,31	420,81	441,37
Variação da Cesta Básica (%)						
% dez	1,0	2,7	0,8	2,2	0,6	0,5
% em 2018	0,5	-3,0	-2,5	0,1	2,4	0,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.